

As Desigualdades na Escarlarização no Brasil

Relatório de Observação nº 3

.....

Conselho de Desenvolvimento
Econômico e Social



Presidência da República

Vice-Presidência da República

Secretaria de Relações Institucionais

Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
SECRETARIA DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
OBSERVATÓRIO DA EQUIDADE

As Desigualdades na Escolarização no Brasil

Relatório de Observação nº 3

Brasília, junho de 2009

Secretária do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

Esther Bemerguy de Albuquerque

Secretária Adjunta do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

Ângela Cotta Ferreira Gomes

CONSELHO DIRETOR DO OBSERVATÓRIO DA EQUIDADE

Conselheiro Jorge Nazareno Rodrigues

Conselheiro José Antônio Moroni

Conselheira Juçara Dutra

Conselheiro Júlio Barbosa de Aquino

Conselheiro Naomar Monteiro de Almeida Filho

Conselheiro Maurílio Biagi Filho

Conselheiro Oded Grajew

Conselheira Sérgio Haddad

Conselheira Viviane Senna Lalli

Conselheira Zilda Arns Neumann

Ministro Patrus Ananias

Ministro José Múcio Monteiro Filho

COMITÊ TÉCNICO DO OBSERVATÓRIO DA EQUIDADE

Ana Lúcia Sabóia

Gerente de Indicadores Sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Jorge Abrahão de Castro

Diretor de Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA

Clemente Ganz Lúcio

Diretor do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE

Esther Bemerguy de Albuquerque

Secretária do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – SEDES

EQUIPE TÉCNICA DO OBSERVATÓRIO DA EQUIDADE

Ângela M. Rabelo Ferreira Barreto – IPEA

Ana Lúcia de Lima Starling – SEDES/PR

Ana Luiza Codes - IPEA

Carlos Eduardo Moreno Sampaio – INEP/MEC

Joana Cabete Biava – DIEESE

João Belchior – IBGE

Jorge Teles – MEC

Liliane Lúcia Nunes de Aranha Oliveira – INEP/MEC

Maria França e Leite Velloso – SEDES/PR

Martha Cassiolato – IPEA

Mônica Molina – UNB

Rosa Maria Nader – SEDES/PR

Sirlei Márcia de Oliveira – DIEESE

CONSULTORIA

Armando De Negri

João Lopes de Albuquerque Montenegro

Pedro Pontual

Sônia Gonzaga

Monique Pinheiro Santos

REDAÇÃO FINAL

Rosa Maria Nader

Anexo I – Ala “A”, sala: 202 – (61) 3411.2199 / 3393 - Brasília – DF – CEP: 70.150-900

cdes@planalto.gov.br www.cdes.gov.br

Disponível em: CD-ROM

Disponível também em: <<http://www.cdes.gov.br>>

Tiragem: 1.500 exemplares

Impresso no Brasil

Catálogo na fonte, Biblioteca da Presidência da República.

B823i	Brasil. Presidência da República, Observatório da Equidade. As Desigualdades na Escolarização no Brasil. Brasília: Presidência da República, Observatório da Equidade, 2009.
-------	--

56 p. (Relatório de Observação; 3)

1. Educação – desigualdade 2. Desigualdade social – Brasil I. Presidência da República, Observatório da Equidade

CDD – 370

SUMÁRIO

Composição do CDES	5
Apresentação	7
Parecer de Observação nº 3	9
Introdução – Educando para um novo olhar: ler as desigualdades visualizando as iniquidades	13
Lógica Organizacional e Metodológica do Observatório da Equidade ...	17
As Desigualdades na Escolarização no Brasil: Resultados 2007 e 2008	21
• O nível de escolaridade da população brasileira é baixo e desigual	25
• Persistência de elevado contingente de analfabetos, reforçando desigualdades	27
• Acesso restrito à educação infantil, sobretudo por crianças de 0 a 3 anos	29
• Níveis insuficientes e desiguais de desempenho e conclusão do ensino fundamental, com acesso limitado para crianças com deficiência	31
• Níveis insuficientes de acesso, permanência, desempenho e conclusão do ensino médio	32
• Insuficiência de oferta de qualidade e desarticulação dos subsistemas de educação técnica e de formação profissional continuada	33
Quadro de Indicadores de Escolaridade	35
ANEXOS	
I – Relação de Instituições / Pessoas que participaram de Atividades do Observatório da Equidade	47



Composição do CDES

Presidente da República

Vice-Presidente da República

Secretaria de Relações Institucionais

Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

Conselheiros – Sociedade Civil

Abilio Diniz	Jackson Schneider	Nair Goulart
Adilson Ventura	João Batista Inocentini	Naomar Monteiro de Almeida Filho
Alair Martins do Nascimento	João Bosco Borba	Nelson José Côrtes da Silveira
Amarílio Proença de Macêdo	João Elísio Ferraz de Campos	Oded Grajew
Antoninho Trevisan	João Felício	Paulo Godoy
Antonio Carbonari Netto	João Paulo dos Reis Velloso	Paulo Simão
Antônio Carlos dos Reis (Salim)	Joênia Batista Carvalho	Paulo Skaf
Antonio Carlos Valente da Silva	Jorge Gerdau Johannpeter	Paulo Speller
Antônio Neto	Jorge Nazareno Rodrigues	Paulo Tigre
Arildo Mota Lopes	José Antônio Moroni	Paulo Vellinho
Artur Henrique	José Carlos Bumlai	Raymundo Magliano
Bruno Ribeiro	José Carlos Cosenzo	Ricardo Paes de Barros
Candido Mendes	José Lopez Feijóo	Ricardo Patah
Carlos Gilberto Cavalcante Farias	José Luis Cutrale	Robson Braga de Andrade
Cezar Britto	Joseph Couri	Rodrigo Collaço
Clemente Ganz Lúcio	Juçara Dutra	Rodrigo Loures
Daniel Feffer	Júlio Aquino	Rogelio Golfarb
Danilo Pereira da Silva	Laerte Teixeira da Costa	Rozani Holler
Delfim Netto	Lincoln Fernandes	Sérgio Haddad
Denise Motta Dau	Lúcia Stumpf	Sérgio Rosa
Dom Luiz Demetrio Valentini	Luiz Carlos Delben Leite	Sônia Regina Hess de Souza
Enilson Simões de Moura (Alemão)	Luiza Helena Trajano	Tânia Bacelar
Fabio Barbosa	Lutfala Bitar	Vicente Mattos
Gabriel Ferreira	Manoel José dos Santos (De Serra)	Victor Sialy
Germano Rigotto	Márcio Lopes de Freitas	Virgílio Costa
Horacio Piva	Marcos Jank	Viviane Senna
Humberto Eustáquio Mota	Maurício Botelho	Zaire Resende
Ivan Zurita	Maurílio Biagi Filho	Zilda Arns
Ivo Rosset	Murillo de Aragão	

Conselheiros – Governo

Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República
Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais
Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional
Ministro de Estado da Fazenda
Ministro de Estado das Relações Exteriores
Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Ministro de Estado do Meio Ambiente
Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
Ministro de Estado do Trabalho e Emprego
Presidente do Banco Central

Apresentação

Este relatório, o terceiro da série ***As Desigualdades na Escolarização no Brasil***, tem o objetivo de atualizar os resultados do acompanhamento que o Observatório da Equidade vem realizando desde 2006, quando foi criado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República.

A entrada em vigor do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB em 2007 criou condições para melhorar o funcionamento da Educação Básica e ampliar a oferta de vagas na Educação Infantil, no Ensino Técnico e Tecnológico, e na Educação de Jovens e Adultos – EJA. As novas regras para o financiamento da educação com recursos do FUNDEB favoreceram a incorporação de políticas destinadas a estes segmentos educacionais tão importantes para o aumento da escolaridade da população brasileira.

O Ministério da Educação coordena, desde 2007, o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, que organiza um conjunto de políticas com grande potencial estruturante, baseadas nos princípios da educação sistêmica, com ordenação territorial e impulsionadora do desenvolvimento do patrimônio educativo, que visam promover a qualidade, a equidade e as potencialidades do sistema. Um grande esforço vem sendo realizado por gestores educacionais nas três esferas da Federação para aperfeiçoar a aplicação dos recursos federais. Este esforço contempla ações de aperfeiçoamento da gestão educacional e da infraestrutura nas escolas; de construção de creches e escolas, laboratórios, bibliotecas; extensão da merenda para o ensino médio, melhorias no transporte de estudantes; de formação de professores, entre outras.

Apesar de os indicadores educacionais serem caracterizados pela lenta mobilidade, a consolidação dos programas educacionais implantados no âmbito do PDE gerou uma expectativa de que eles adquirissem um impulso a partir de 2007. Este relatório pretende informar os movimentos nos indicadores de acompanhamento adotados pelo Observatório da Equidade para acompanhar o desempenho e qualidade do sistema, e condições de acesso e permanência dos estudantes na alfabetização, educação infantil, básica e profissional.

A partir das novas informações fornecidas pelo IBGE, MEC e INEP, baseadas em dados de 2007 e, em alguns casos, de 2008, é possível observar tendência para melhoria na maioria dos indicadores, principalmente os relacionados a condições de funcionamento das escolas (como infraestrutura escolar e rendimento médio mensal de professores) e no Índice de Desenvolvimento da Educação – IDEB. No entanto, em alguns casos, há aumento nas desigualdades entre grupos sociais, como é o caso do acesso à educação infantil.

É propósito do Observatório da Equidade avançar na construção metodológica que permita ir além da simples caracterização das desigualdades entre as classes sociais, etnias, gêneros, e entre territórios sociais brasileiros, indo na direção de identificar aquelas que são injustas, desnecessárias e evitáveis, e que as tornam iniquidades.

A leitura dos problemas que afetam a escolarização apresentada neste relatório recebeu um avanço no processo de acompanhamento que pretende construir metodologia para observar as iniquidades no patrimônio educativo da população. É um passo em um percurso que o Observatório da Equidade vem trilhando em cooperação com Conselheiros do CDES e com uma grande diversidade de atores governamentais e da sociedade, a quem denominamos Rede de Observação.

Comitê Técnico do Observatório da Equidade

Parecer de Observação nº 3

As Desigualdades na Escolarização no Brasil

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social apresenta o terceiro parecer sobre a situação de desigualdades na escolarização brasileira, subsidiado pelas informações e análises formuladas pelo Comitê Técnico do Observatório da Equidade no Relatório de Observação nº 3/2009.

As primeiras avaliações da situação na escolarização dos brasileiros e as recomendações a Vossa Excelência para priorizar ações na política educacional foram apresentadas em anos anteriores, considerando problemas no acesso, permanência e desempenho educacional na alfabetização, na educação infantil, nos ensinos fundamental e médio, e na educação profissional, que evidenciavam níveis de desigualdades que desfavorecem as populações da zona rural, os mais pobres, os pretos e os pardos.

Os indicadores atuais, construídos com informações da PNAD/IBGE, do EducaCenso do INEP/MEC e outras fontes oficiais referentes a 2007 e 2008, revelam que os problemas identificados persistem, com pequenas variações em alguns indicadores, porém com manutenção e, em alguns casos, aumento dos níveis de desigualdade. Sabemos que mudanças nos indicadores educacionais demandam prazos e acelerá-las depende de esforços integrados de atores nas três esferas de governo e em toda a sociedade.

A ampliação dos valores previstos para investimento em educação nos dois últimos anos e nos próximos é significativa, porém é insuficiente para atender às necessidades geradas pelo histórico descaso com que a educação pública universal foi tratada no País. Mantido o atual ritmo, o País demorará muito para superar um século de atraso, com respeito aos países desenvolvidos. Não há como avançar no processo de resgate da enorme dívida educacional, preparando a população brasileira para os desafios do desenvolvimento, se não houver continuidade no aumento do investimento em educação e o apoio e interação dos gestores educacionais nas três esferas da federação e da sociedade.

A partir de 2007, o governo federal chama para si responsabilidades de financiamento e aperfeiçoamento da gestão, implantando o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE e a aplicação do FUNDEB. Ao lado do conjunto de programas e ações que contemplam desde a alfabetização até o ensino superior, o MEC instituiu mecanismos de coleta de dados por alunos – o EducaCenso e um indicador de desempenho da educação, buscando integração sistêmica entre níveis e modalidades de ensino, e interação com os executivos estaduais e municipais, com os seus respectivos poderes legislativos e instituições de controle, e com a sociedade civil. A ênfase na articulação interinstitucional e no fortalecimento dos mecanismos de participação e controle social dá ao PDE condições de sustentabilidade que, no entanto, precisam ser garantidas politicamente pelo governo e a sociedade.

A evolução nos indicadores de escolaridade, em geral favorável, mas tímida em termos da dinâmica persistente das iniquidades devido à limitação da linha de tempo, pode ser julgada de forma consistente pelos seus indicadores de processo – melhoria de certas condições materiais (infraestrutura escolar) e de acesso (aumento de número de vagas, principalmente na EJA, educação infantil, educação técnica e tecnológica, e ensino superior), porém muito limitadamente em termos de resultados sociais: permanência qualificada no processo educativo, com desempenho adequado às necessidades da inserção ocupacional e societária. Porém temos que reconhecer nos elementos processuais do PDE, do PROUNI e REUNI, potenciais de impacto nos resultados sociais em educação com alta relevância para o objetivo de produzir equidades e fortalecer o processo de desenvolvimento do País.



Os impactos do FUNDEB e do PDE nos indicadores educacionais adotados pelo Observatório da Equidade são objeto de acompanhamento pelo CDES, que, por meio deste documento, encaminha ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República as seguintes recomendações:

1. Sendo a educação uma responsabilidade social compartilhada entre todos os entes da federação, a iniciativa privada e outros atores sociais, permanece de fundamental importância o envolvimento da Presidência da República na mobilização de todos os envolvidos para garantir a sustentabilidade política e a ampliação dos recursos financeiros para a política educacional no longo prazo;
2. Reafirmar a persistência do analfabetismo absoluto e funcional e considerá-lo a maior das iniquidades e determinar que sejam ampliados os movimentos de pactuação com Estados e Municípios para a aceleração sua redução;
3. Implantar política de comunicação para valorizar a imagem e a importância social do profissional de educação, fortalecendo as ações de formação do professor, de implantação do piso salarial e de plano de carreira, e de mecanismos de avaliação docente, como condições essenciais para a melhoria da qualidade da educação;
4. Reforçar prioridade para as ações do PDE focalizadas nos problemas da Educação Básica, principalmente os relacionados a acesso, qualidade e identidade do ensino médio;
5. Determinar prioridade para as ações da política educacional voltada para a valorização da população do campo, com a adoção de metodologias apropriadas para a redução dos graves índices de analfabetismo e da baixa escolaridade, proporcionando o desenvolvimento amplo e integral tanto das pessoas quanto das comunidades rurais às quais pertencem;
6. Fortalecer a política de ampliação da Educação Técnica e Tecnológica e determinar prioridade para a política de formação inicial e continuada de trabalhadores.

Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

30ª Reunião Ordinária do Pleno
Brasília, 04 de junho de 2009



As Desigualdades na Escolarização no Brasil

.....

Relatório de Observação nº 3



Introdução

Educando para um novo olhar: ler as desigualdades visualizando as iniquidades¹

O Observatório da Equidade do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social é um espaço de leitura da realidade brasileira a partir do esforço para identificar as desigualdades e desnaturalizá-las, interpretando-as como iniquidades.

A diferença conceitual entre desigualdade e iniquidade está justamente no reconhecimento de que a desigualdade não implica necessariamente julgamento moral sobre as diferenças encontradas na realidade social, enquanto as iniquidades, desde sua definição, apontam um juízo de valor sobre desigualdades que não deveriam existir, pois são injustas, desnecessárias e evitáveis.

Nesta perspectiva, a equidade busca projetar-se como um sentido superior de justiça. E as políticas orientadas pela equidade buscam construir igualdade mediante a superação das injustiças.

Olhando desde os direitos humanos e de um ponto de vista ético, o desejável – a máxima felicidade para todos e para cada um – denuncia o limite imposto por uma realidade social onde as iniquidades se reproduzem de forma sistemática, perpetuando a estrutura que as produz. Nesta perspectiva, o necessário não se limita ao marco legal nem a uma regressividade comparativa ao histórico em uma dada sociedade, mas sim ao que a Humanidade já conquistou e assim demonstrou que é possível alcançar.

Ou seja, nossos parâmetros devem posicionar-se desde os melhores desempenhos do Mundo e, então, medir a distância com nossa realidade, para assim definir as brechas de equidade que persistem em nossa realidade. Mas este exercício será insuficiente se não adentrarmos as diferenças injustas que marcam as distâncias de condição de vida social e econômica entre as classes sociais, as etnias, entre gêneros e entre territórios sociais brasileiros.

A persistência histórica dessas iniquidades, para além dos avanços que se possam comemorar nos indicadores sociais, demonstra que temos dificuldade em afetar de forma estrutural a natureza multidimensional da exclusão. Embora avancemos aumentando as coberturas das políticas públicas para o acesso dos cidadãos ao conjunto de seus direitos, isto não se expressa necessariamente na redução da distância entre os que mais têm oportunidades e os que menos têm. Aumentar as oportunidades para os que menos têm produz um resultado social que demonstra justiça na distribuição das riquezas produzidas pelo conjunto da sociedade.

O Observatório da Equidade tem feito um esforço no sentido de acompanhar os resultados sociais da aplicação das políticas públicas universais, demonstrando, por meio de indicadores, os problemas que afetam a vida dos brasileiros e geram desigualdades que poderiam ser minimizadas se houvesse integração entre elas, potencializando seus efeitos. Em 2009, o Observatório da Equidade publica os resultados da observação de duas políticas que estão fortemente articuladas em seus efeitos sociais: a política educacional e a tributária.

¹ DE NEGRI FILHO, Armando. Educando para um novo olhar: ler as desigualdades enxergando as iniquidades, e Um olhar sobre a estrutura da reprodução das iniquidades: o caso da injustiça tributária, Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.cdes.gov.br/observatoriодаequidade>.



O Relatório *As Desigualdades na Escolarização no Brasil – nº 3/2009* apresenta os resultados do terceiro acompanhamento dos indicadores de escolarização, introduzindo um elemento que explora a razão de chances entre os grupos da sociedade e por territórios, o que facilita a identificação das iniquidades. A razão de chance significa o número de vezes que um indivíduo em maior fragilidade social tem de probabilidade de estar exposto a uma condição insatisfatória em relação aos indivíduos de um grupo de menor fragilidade social. O terceiro relatório sobre as condições de escolarização avança justamente na caracterização das desigualdades das relações entre urbano - rural, por quintis de renda, por etnias e gêneros, expressando a magnitude nas diferenças de condição e demonstrando a persistência das iniquidades no patrimônio educativo da população brasileira.

A educação, ao ser analisada na perspectiva da equidade, nos denuncia de forma contundente as consequências e ao mesmo tempo a natureza estrutural das iniquidades no Brasil. Isto porque o patrimônio educativo da população se relaciona diretamente com a estrutura social brasileira, profundamente injusta – iníqua.

A reprodução estrutural da fragilidade social e, portanto da persistência das iniquidades, é demonstrada pela diferença na média de anos de estudo entre mais pobres e mais ricos, pela proporção de analfabetos que já frequentaram a escola, ou a proporção de alunos de famílias que recebem até meio salário mínimo que conseguem concluir a oitava série.

Um avanço possível para caracterizar com mais força a estrutura persistentemente iníqua das desigualdades e localizar a educação como realidade e como oportunidade frente aos elementos reprodutores da fragilidade social, seria relacionar perfis sócio-ocupacionais, patrimônio educativo, patrimônio material e renda. Desta forma, poderá ser possível avaliar como a inserção laboral se comporta como elemento definidor da própria intenção do processo produtivo e ler a educação em todas suas dimensões como fator fundamental nesta qualificação sócio-ocupacional. Em um processo produtivo que tenha como marco o desenvolvimento e a redistribuição da renda, os aspectos relacionados à qualidade do trabalho-emprego e a natureza da educação frente a esta relação assumem importância fundamental.

No contexto da dinâmica persistente das iniquidades – dimensão e persistência do passivo social na educação – os números apresentados, mesmo com a limitação de sua própria linha de tempo, mostram uma evolução em geral favorável, mas tímida. Houve movimentos nos indicadores de processo – melhoria de certas condições materiais e de acesso, e muito limitadamente em termos de resultados sociais - permanência qualificada no processo educativo, com desempenho adequado às necessidades da inserção ocupacional e societária.

Porém, temos que reconhecer nos elementos processuais do PDE, do PROUNI e REUNI, potenciais de impacto nos resultados sociais em educação com alta relevância para o objetivo de produzir equidades. O acompanhamento do potencial pró-equidade de políticas públicas, assim como o aprofundamento das informações sobre educação do campo e das periferias urbanas, constituem desafios futuros para todos os que buscam construir o desenvolvimento nacional.

O Relatório de Observação *Indicadores de Equidade do Sistema Tributário Nacional nº 1/2009* apresenta os problemas que revelam a injustiça na aplicação desta política. A tributação, ao ser analisada na perspectiva da equidade, também nos denuncia de forma contundente as consequências e a natureza estrutural das iniquidades no Brasil. Isto porque o sistema tributário se constitui em instrumento de reprodução de justiça ou injustiça na forma de apropriar e (re)distribuir riqueza nacional.

A reprodução estrutural da fragilidade social e, portanto da persistência das iniquidades, é demonstrada pela diferença entre os que pagam de tributos os que ganham menos e os que ganham mais, entre o que é arrecadado e o que é investido em políticas públicas para a população em maior

grau de fragilidade, assim como na falta de visibilidade dos impostos embutidos em produtos e serviços que a maioria da população paga.

A regressividade do sistema tributário nacional está articulada à extensão das coberturas das políticas públicas para o acesso dos cidadãos ao conjunto de seus direitos, como é o caso da educação, assim como ao gasto de bolso, que cobre despesas com bens e serviços essenciais, e serviços considerados direitos – como saúde, educação, seguridade social e segurança pública. O gasto de bolso da população costuma ser o elemento de maior regressividade no âmbito dos gastos obrigatórios das famílias. O peso desses gastos se expressa não apenas nos tributos, mas também nas tarifas públicas em setores como transporte, água, saneamento e energia, dentre outros. A tributação regressiva aumenta a injustiça presente nessas transações e ameaça, constantemente, a segurança econômica das famílias e dos indivíduos.

A leitura do funcionamento do sistema tributário nacional resgata o princípio que caracteriza a equidade como uma disciplina da sociedade onde cada um aportará segundo a sua possibilidade e cada qual receberá segundo a sua necessidade. A aplicação deste princípio à observação poderá levar ao estudo mais aprofundado da comparação entre o montante de tributos arrecadados pelo Estado e o montante de recursos disponibilizados para os gastos sociais, investimentos e pagamento de dívida *versus* a extensão e complexidade da dívida social brasileira. Este é um passo necessário para orientar os investimentos públicos em direção ao desenvolvimento inclusivo e social e economicamente sustentável, condição para construir uma sociedade mais equânime.

Portanto, uma maior progressividade tributária teria que vir acompanhada de um aumento nos recursos disponíveis para políticas de investimento orientadas pela equidade, articulando assim as duas pontas de um processo que deveria ser orientado ao desenvolvimento e a inclusão social.



Lógica Organizacional e Metodológica do Observatório da Equidade

Na origem e na finalidade do Observatório da Equidade está a demanda do CDES por informações que subsidiem debates e proposições sobre os rumos do desenvolvimento do País, fundamentalmente sobre as dimensões das desigualdades que caracterizam a sociedade brasileira.

A estratégia metodológica do Observatório da Equidade articula a dimensão técnica e a política como elementos constituintes dessa ferramenta que é, em primeira instância, uma ferramenta de pedagogia política que pretende construir e disponibilizar conhecimento para fundamentar proposições do CDES e da sociedade.

A lógica organizacional

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social é o principal ator do Observatório da Equidade e o conjunto de conselheiros e conselheiras é responsável pelas decisões estratégicas referentes à estrutura que envolve um Conselho Diretor, constituído por 12 conselheiros nomeados em reunião plenária, um Comitê Técnico e a Rede de Observação.

O trabalho técnico é executado pelo Comitê Técnico, que é constituído pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE e Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – SEDES.

A Rede de Observação é formada por adesão e constituída por organizações governamentais e não-governamentais que estão na área de abrangência das atividades do CDES. O objetivo de interagir com uma rede de organizações é ampliar o debate sobre os problemas e desafios e construir uma abordagem pedagógica de mediação entre o Conselho, a sociedade civil e o governo federal. A perspectiva é a de democratizar e dar transparência aos processos que o CDES adota para elaborar as recomendações sobre formulação e adequação de políticas públicas e para acompanhar e avaliar sua execução.

As atribuições estão assim definidas:

- O **Pleno do CDES** define o problema e os aspectos a serem observados; examina os Relatórios de Observação e delibera sobre o Parecer de Observação. Aprovados, os documentos são encaminhados ao Presidente da República e para divulgação à sociedade;
- O **Conselho Diretor** é responsável pela gestão do Observatório; aprova o plano de trabalho do Comitê Técnico; examina os Relatórios de Observação e elabora proposta de Parecer de Observação, incluindo recomendações, que é posteriormente submetido à aprovação do Pleno do CDES; é auxiliado pela Secretaria do CDES, que exerce funções de secretaria executiva do Observatório da Equidade;
- O **Comitê Técnico** define e executa os procedimentos técnicos para o estudo do problema colocado pelo CDES, mapeia e analisa as informações disponíveis; levanta os objetivos e metas existentes da ação governamental e não-governamental; elabora os Relatórios de Observação;
- A **Rede de Observação** debate e contribui com informações e análises em reuniões presenciais ou por meio eletrônico, aprofundando a leitura da realidade e possibilitando o intercâmbio entre olhares e saberes diversos. Atua como elemento multiplicador da ação política do CDES ao divulgar informações, experiências e ações, e fortalecer a sinergia possível para a construção de caminhos direcionados ao desenvolvimento do País.

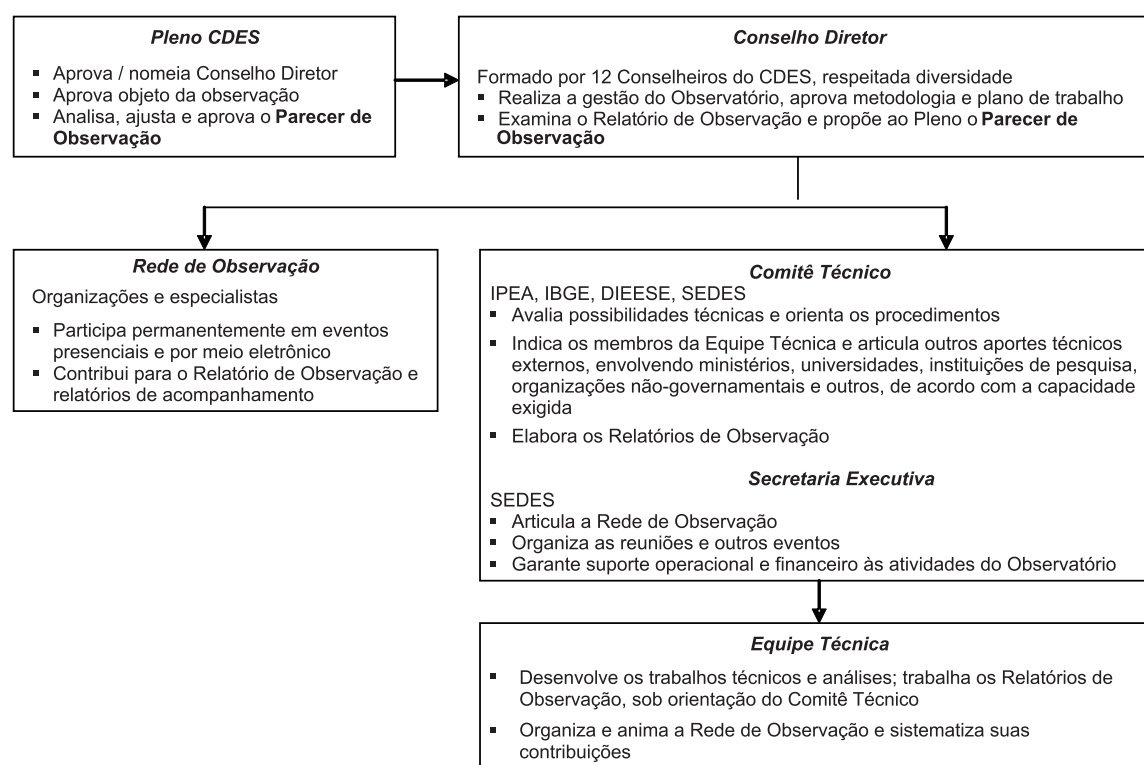


Os principais produtos do Observatório da Equidade são:

- ❑ **Relatório de Observação** – resultado técnico do processo de observação, elaborado pelo Comitê Técnico e enriquecido pelo debate e contribuições da Rede de Observação. Atualizações periódicas nos indicadores são publicadas, permitindo o acompanhamento temporal da situação observada.
- ❑ **Parecer de Observação** – resultado político do processo de observação, por meio do qual o CDES formula opiniões e proposições sobre a situação analisada e recomendações para políticas e ações. É um documento sugerido pelo Conselho Diretor e submetido à aprovação do Pleno do CDES.

O quadro 1 apresenta, em linhas esquemáticas, a organização e funcionamento do Observatório da Equidade e suas principais atribuições.

Quadro 1 - Funcionamento do Observatório da Equidade



A lógica metodológica

A articulação entre a dimensão técnica e a política é um dos principais componentes metodológicos do Observatório da Equidade. Essa articulação acontece na interação entre o Pleno do CDES, o Conselho Diretor, o Comitê Técnico e a Rede de Observação. Revela-se no processo de definição do âmbito de observação e na formulação de proposições sobre a situação identificada – atribuição do Pleno do CDES – passando pela problematização e análise política da situação observada – atribuição do Conselho Diretor subsidiado pelo Comitê Técnico, com aportes da Rede de Observação.

O método de trabalho do Observatório da Equidade tem a seguinte dinâmica:

1 – Definição do objeto

As decisões sobre o campo de observação são tomadas pelo Plenário do CDES, e têm como base as diretrizes e consensos principais do Conselho e atendem a critérios políticos, como a capacidade de mobilização para o debate, seja no âmbito interno, seja na sociedade; a possibilidade de dialogar com diferentes políticas públicas e com a complexidade da questão das desigualdades, e as possibilidades de estabelecer mecanismos de interlocução entre diferentes esferas de governo e de implantação de instrumentos de coordenação e integração das ações intra e intergovernamentais.

2 – Mapeamento da situação inicial

A análise técnica do campo de observação é encaminhada por uma equipe interinstitucional, envolvendo especialistas da Secretaria do CDES, do IPEA, IBGE, e DIEESE, entre outras organizações produtoras de informação sobre políticas públicas no Brasil. O trabalho técnico envolve a identificação e o diagnóstico situacional dos problemas por meio de informações de bancos de dados oficiais, do tratamento estatístico e da qualificação de indicadores criteriosamente selecionados.

3 – Construção de indicadores de acompanhamento

O acompanhamento da situação observada é realizado por meio de indicadores selecionados, atendendo a critérios de compatibilidade com as metas prioritizadas, de simplicidade para compreensão da sociedade e de consistência garantida pela metodologia e regularidade na coleta de informações. A seleção e construção de indicadores apropriados à leitura atual e acompanhamento continuado da situação observada seguem alguns critérios. O indicador origina-se do verbo *indicar* (*indicare*, em latim), que significa revelar, tornar patente, expor. Sendo assim, um indicador precisa: a) ser consistente e basear-se em dados confiáveis, com disponibilidade de série histórica e com abrangência nacional; b) traduzir problemas e fatores intervenientes identificados como causadores de desigualdades, revelando sua magnitude, complexidade e urgência no enfrentamento da situação exposta pela observação; c) permitir o acompanhamento por meio da mensuração das modificações na situação observada ao longo do tempo.

4 – O desenho do futuro

Identificada a situação inicial e os indicadores de acompanhamento de situações futuras, a metodologia do Observatório da Equidade mapeia as metas indicadas nas políticas públicas e em ações promovidas pela sociedade, analisa a viabilidade, a desagregação temporal e as condições de implementação necessárias à promoção da equidade.

5 – Participação de Rede de Observação

As análises formuladas pela equipe técnica são debatidas com organizações especializadas no tema observado, que constituem a Rede de Observação. A estratégia de interação do Observatório da Equidade com a Rede de Observação está baseada na realização de oficinas para debates e análises temáticas, seminários presenciais e debate virtual sobre temas relacionados aos objetivos do Observatório e do CDES.

O objetivo da consulta a outros atores sociais é aprofundar a leitura da realidade por meio do intercâmbio entre olhares e saberes diversos, o que faz aumentar a qualidade técnica e a legitimidade da análise. A conjugação dessas duas qualificações – o rigor técnico e a sinergia do debate construído a partir da diversidade de olhares sobre o problema – aumenta o potencial de



contribuição que o processo de construção dos conhecimentos tem para que o CDES e a sociedade sejam informados sobre a realidade brasileira.

6 – Relatório e Parecer de Observação

Após o processo de análise e de debate com a Rede, o Relatório de Observação é elaborado pelo Comitê Técnico e apresenta os resultados por meio de informações e análises da situação observada. O Relatório subsidia o debate no Conselho Diretor sobre as recomendações que os resultados sugerem para as políticas públicas e ações sociais e a elaboração da proposta de Parecer de Observação, que será submetido à aprovação do plenário do CDES.

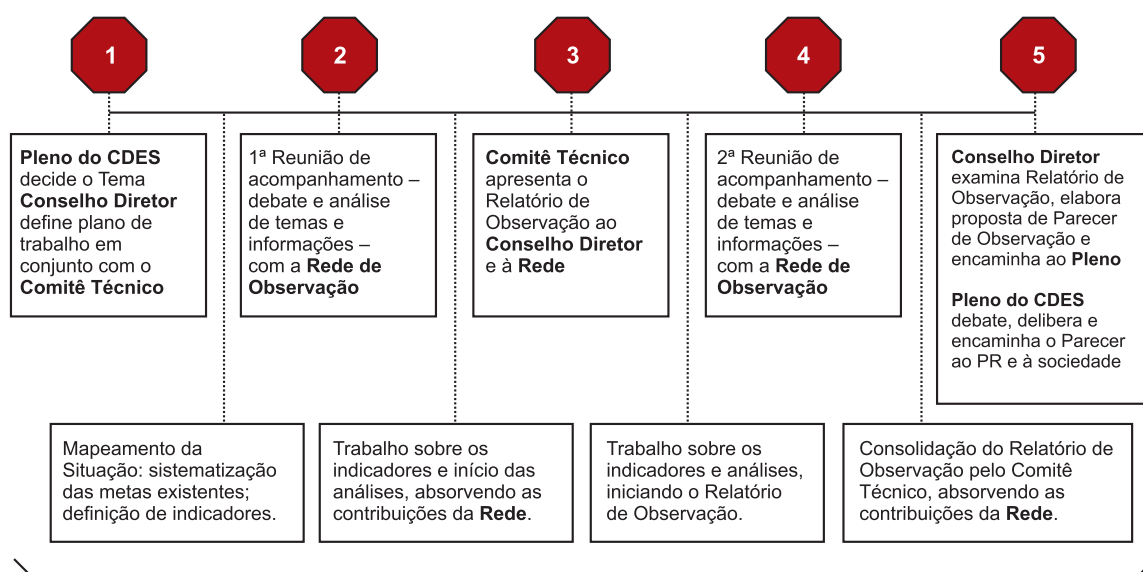
7 – Apresentação ao pleno do CDES e aprovação

Em reunião plenária, o CDES considera os resultados apresentados no Relatório e aprecia a proposta de Parecer de Observação que, sendo aprovado, é encaminhado ao Presidente da República e à sociedade.

8 – Relatório de acompanhamento

O acompanhamento regular na situação observada resulta em atualizações periódicas nos indicadores sempre que novas informações são produzidas pelas fontes de dados utilizadas. As atualizações são disponibilizadas para conhecimento e contribuições da Rede de Observação e do Conselho Diretor, que decide o encaminhamento a ser sugerido ao Pleno do CDES.

Quadro 2 - Operação do Observatório da Equidade



As Desigualdades na Escolarização no Brasil

Resultados 2007 e 2008

A capacidade de potencializar condições de acesso aos direitos, promovendo a cidadania e o desenvolvimento social, torna a educação um fator determinante do processo de desenvolvimento humano nas sociedades contemporâneas. Sintonizado com esta compreensão, o CDES recomendou, em 2005, a prioridade do desafio para o Estado e a sociedade civil promoverem iniciativas para ampliar o nível de escolaridade da população brasileira.

Desde então, o Observatório da Equidade vem acompanhando indicadores que identificam os principais problemas que compõem tal desafio, expresso de modo a identificar possibilidades de intervenção política. A explicação da situação educacional brasileira desenvolvida no âmbito do Observatório da Equidade identificou o macro-problema implícito no desafio, os problemas específicos que o originam e suas causas mais importantes. Esses problemas e causas foram traduzidos em indicadores existentes na literatura ou criados pelas instituições participantes do Observatório da Equidade.

O macro-problema foi assim formulado: **"o nível de escolaridade da população brasileira é baixo e desigual"**, resultando de seis problemas inter-relacionados: a persistência do **analfabetismo**; insuficiências e desigualdades nas etapas da educação básica (**educação infantil, ensino fundamental e ensino médio**), na **educação profissional** e no **ensino superior**², conforme representado no Quadro 1. Para cada um desses problemas foram identificadas causas associadas relativas ao acesso e à permanência do aluno ao nível ou modalidade de ensino e à qualidade do atendimento educacional. O capítulo final deste relatório apresenta o quadro de indicadores de acompanhamento destes problemas.

Este terceiro relatório de acompanhamento atualiza os indicadores, possibilitando acompanhar a evolução das desigualdades no período 2004-2007 e, em alguns indicadores, as informações abrangem também resultados para 2008. Os indicadores de repetência e evasão no ensino fundamental e médio e o de conclusão do ensino médio para os anos 2006 e 2007 não estão sendo disponibilizados pelo INEP até que sejam adotadas definições metodológicas em função da introdução do Educacenso, que adotou a coleta de dados por aluno.

Um esforço adicional foi o aprofundamento das questões que afetam a educação dos sujeitos que vivem no e do campo. Tal esforço é resposta às grandes desigualdades entre o rural e o urbano observadas nos indicadores que caracterizam a escolarização e à demanda apresentada em uma oficina em que o Observatório da Equidade apresentou o Relatório de Observação nº 2, durante a Conferência Nacional de Educação, em abril de 2008. As informações apresentadas neste relatório têm o objetivo de apontar alguns dos principais problemas que particularizam a situação educacional dos sujeitos do campo, tendo em vista subsidiar o debate público para a formulação de proposições de aperfeiçoamento da política educacional no País.

A experiência acumulada pelo Observatório da Equidade no acompanhamento dos indicadores selecionados em 2005 e das ações introduzidas nas políticas educacionais aponta para a importância de revisitar o esquema explicativo para os problemas de escolarização o que, muito provavelmente, resultará na reformulação do conjunto de indicadores. Os procedimentos

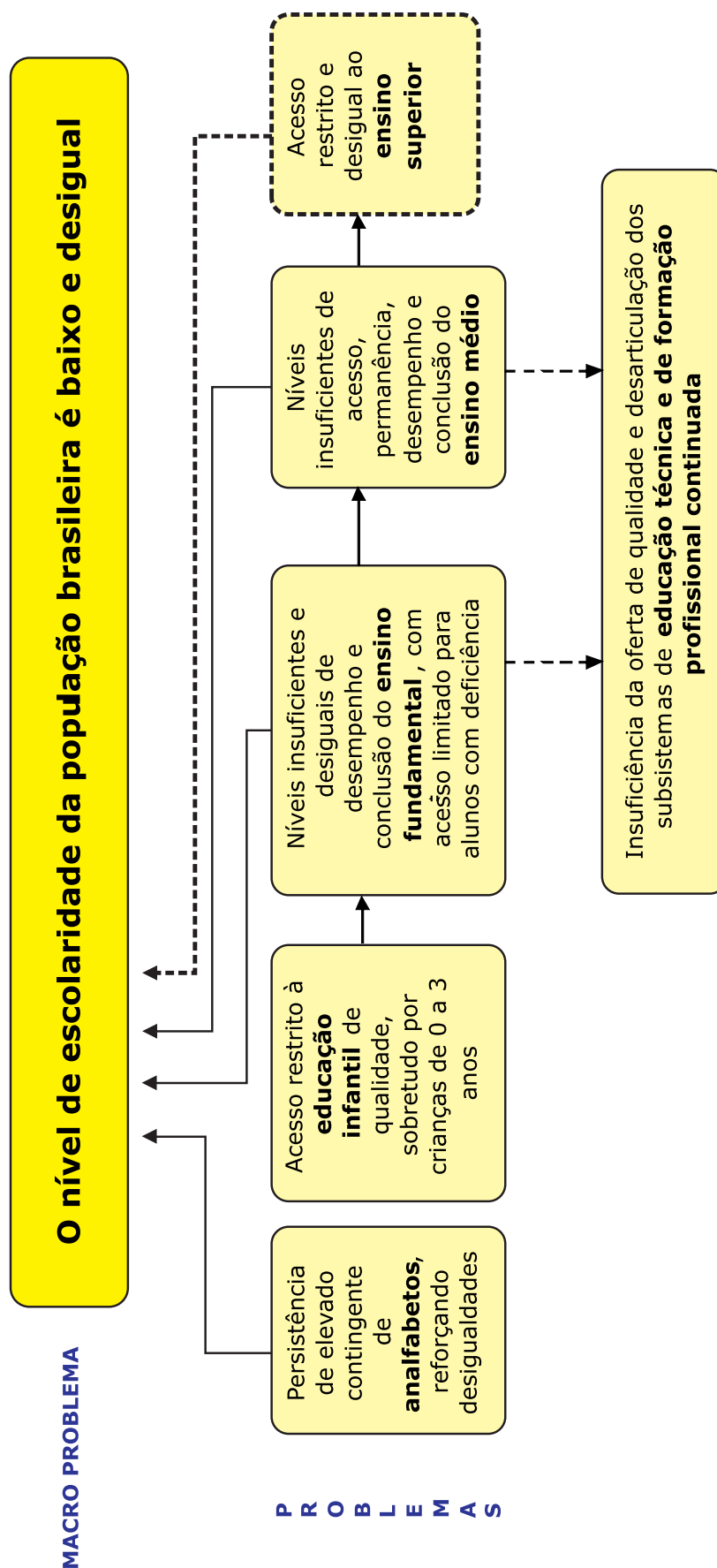
² O diagnóstico e identificação de indicadores de acompanhamento para o ensino superior estão previstos no plano de trabalho para 2010.



metodológicos adotados pelo Comitê Técnico prevêem revisões sistemáticas dos indicadores selecionados, tanto na forma de elaboração quanto no conteúdo e adequação ao fenômeno social ao qual foi atribuído. Nesta atualização, alguns indicadores sugeridos nos relatórios anteriores foram excluídos do quadro explicativo pela dificuldade na produção da informação ou mesmo pela impossibilidade de coletar dados nas condições técnicas requeridas pela metodologia do Observatório da Equidade.

A urgência em avançar no diagnóstico e aperfeiçoar a observação é mais evidente na modalidade educação profissional. Por um lado, o aumento da demanda para a profissionalização de trabalhadores diante da perspectiva de crescimento econômico e das inovações tecnológicas impulsionou a coleta de novas informações na área para subsidiar as políticas para o setor. Por outro lado, políticas educacionais foram introduzidas no último período, como a expansão da rede de escolas técnicas e tecnológicas tanto no setor público quanto no privado. A *re-análise* do problema receberá o aporte do Suplemento PNAD 2007: *Características Complementares da Educação de Jovens e Adultos e Características da Educação Profissional* e de outros sistemas de informação que vêm sendo aperfeiçoados seja no setor público, no Sistema S e no setor privado, embora, de antemão, se possa adiantar que permanecerão algumas carências de informação. Este novo cenário certamente provocará o debate no CDES e na Rede de Observação, levando a uma revisão na identificação das questões que afetam esta modalidade de ensino.

OS PROBLEMAS E AS DESIGUALDADES NA ESCOLARIZAÇÃO NO BRASIL





o O nível de escolaridade da população brasileira é baixo e desigual

O baixo nível de escolarização da população persiste como o macro-problema educacional brasileiro, resultante dos problemas existentes nos diferentes níveis de ensino e da persistência dos elevados índices de analfabetismo.

Os dados da PNAD 2007 sobre a escolarização da população de 15 anos ou mais apontam para uma média de 7,3 anos de estudo, ainda abaixo dos oito anos de escolaridade obrigatória estabelecida desde 1971 (lei nº. 5.692, de 1971)) e da meta de implantação gradativa dos nove anos até 2010 (lei nº 11.274, de 2006). Mesmo considerando que indicadores educacionais não sejam sensíveis a mudanças em curtos espaços de tempo, o acréscimo, entre 2005 e 2007, de apenas 0,3 anos na escolaridade média dessa população é desprezível para um país que almeja o desenvolvimento com equidade e sustentabilidade. A lentidão na evolução deste indicador reflete a persistência do analfabetismo e dos problemas de acesso e sucesso na educação infantil, básica e superior, assim como a manutenção das desigualdades entre as macrorregiões; entre a população rural e urbana, entre pobres e ricos, e entre os brancos e os pretos e pardos.

As maiores desigualdades permanecem sendo entre pobres e ricos e entre a população rural e urbana. A escolaridade média da população de 15 anos ou mais que vive na zona rural é de 4,5 anos, enquanto no meio urbano é de 7,8 anos, o que vale dizer que a chance de a população urbana ter acesso à educação formal é perto de duas vezes maior que a da rural. As significativas diferenças existentes na escolaridade média das populações rural e urbana nas regiões brasileiras são evidentes (Tabela 1), ficando o território do campo em desvantagem em todas elas. Em situação de extrema gravidade aparece a região Nordeste, onde a população rural com 15 anos ou mais em 2007 tem em média 3,7 anos de estudo, o que equivale a quase metade da escolaridade média da população urbana da mesma região (6,8 anos). Estudos do INEP sobre estes dados indicam que, se for mantido o ritmo atual de evolução, sem forte intervenção de políticas públicas integradas, a população rural levará mais de 30 anos para atingir o atual nível de escolaridade da população urbana.

Tabela 1 - Número médio de anos de estudos da população de 15 anos ou mais por situação do domicílio - Brasil e Regiões Geográficas - 2004/2007

Regiões Geográficas	Anos de Estudos					
	Total		Urbana		Rural	
	2004	2007	2004	2007	2004	2007
Brasil	6,8	7,3	7,3	7,8	4,0	4,5
Norte	6,2	6,8	6,9	7,4	4,0	4,7
Nordeste	5,5	6,0	6,3	6,8	3,1	3,7
Sudeste	7,5	7,9	7,7	8,2	4,7	5,1
Sul	7,2	7,6	7,7	8,0	5,0	5,4
Centro-Oeste	7,0	7,5	7,4	7,8	4,7	5,0

Fonte: IBGE - PNAD 2004/2007.

O nível de instrução da população adulta jovem, na faixa de 25 a 34 anos, reforça o quadro de desigualdade entre as áreas urbana e rural. O Gráfico 1 mostra que, enquanto 52,5% da população urbana têm instrução completa de nível médio ou superior, no meio rural essa condição só existe para 17% da população.



Gráfico 1 - Distribuição percentual da população de 25 a 34 anos por nível de instrução segundo a situação do domicílio - Brasil 2007



Fonte: IBGE, PNAD 2007

Uma redução nos níveis de desigualdade é esperada para os próximos anos, com a consolidação das políticas educacionais que passaram a ser financiadas pelo FUNDEB. Ao entrar em vigência em 2007, os recursos do Fundo ampliaram as condições para o funcionamento da Educação Básica, criaram vagas na Educação Infantil, no Ensino Médio, e no EJA.

Além do acréscimo no volume e na abrangência dos recursos destinados à educação, o Plano de Desenvolvimento da Educação iniciou, a partir de 2007, um movimento estratégico de pactuação de metas e diretrizes com os municípios e escolas brasileiros e de mobilização da sociedade civil, ao mesmo tempo em que ativou mecanismos de assistência técnica aos gestores públicos para acesso e utilização de recursos federais e implementação de planos educacionais, destinando recursos diferenciados para escolas com baixo desempenho no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). A diversidade de programas ativados pelo MEC na perspectiva de desenvolvimento educacional contempla o aperfeiçoamento de aspectos estritamente educacionais, como material didático, biblioteca, laboratórios; o reforço na formação continuada de docentes; as condições de transporte e alimentação escolar; os sistemas de informação e mecanismos de acompanhamento e avaliação de alunos nos diferentes níveis da escolarização, e a capacitação de gestores escolares.

É reconhecido que a mudança estrutural no patrimônio educativo brasileiro passa pela democratização da educação, que é obtida por meio de um conjunto de ações que dependem simultaneamente dos poderes públicos e da sociedade. Havendo pactuação, como começou a acontecer a partir de 2007, abre-se a perspectiva de superação do analfabetismo; de qualificação da educação básica, com financiamento e valorização do trabalho docente; de investimento em rede de escolas técnicas profissionais orientadas às necessidades do desenvolvimento brasileiro, qualificando a inserção sócio-ocupacional dos trabalhadores; a democratização do acesso ao ensino superior. Se integradas a ações de democratização do acesso à cultura, esportes, lazer e à cidadania, o conjunto de ações focadas na educação formal de qualidade pode ter um forte resultado social para o futuro do desenvolvimento do País.

Avanços são necessários no fortalecimento da gestão colaborativa entre governo federal, estaduais e municipais e na construção de uma organização sistêmica do processo educacional que garanta o direito educacional de todos os brasileiros.

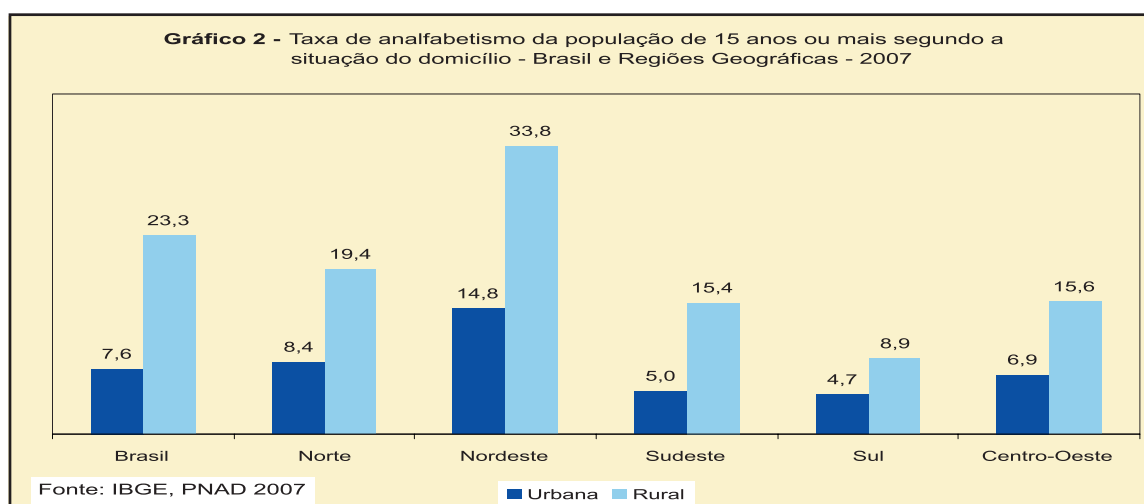
o Persistência de elevado contingente de analfabetos, reforçando as desigualdades

Entre 2005 e 2007, a PNAD demonstra ter havido uma redução de apenas 1,1% na taxa de analfabetismo, o que representa cerca de um milhão de pessoas alfabetizadas no período. A lentidão em solucionar o problema do analfabetismo revela a falta de prioridade para o desenvolvimento educacional da população em sucessivos governos e nos três níveis da federação.

A persistência do analfabetismo é demonstrada pelos 10% da população brasileira que ainda não têm acesso ao letramento, o que representa cerca de 14 milhões de pessoas, sem considerar os analfabetos funcionais. Eram 23% em 1981 e a redução nestes 25 anos foi de apenas 13,2 pontos percentuais. Nos últimos dois anos a queda foi de 1,1%, com pouco impacto sobre o número de analfabetos.

A maior queda foi registrada no Nordeste, que reduziu 22% no mesmo período, porém ainda registra 20% de pessoas analfabetas. Já os analfabetos funcionais – as pessoas de 15 anos ou mais com menos de quatro anos de estudo em relação ao total das pessoas de 15 anos ou mais – está se reduzindo em função do aumento da escolaridade da população. Contudo, o contingente estimado em 2007 pela PNAD continua muito elevado, cerca de 30,6 milhões de pessoas. Este é o problema que reflete diretamente a necessidade de priorizar a melhoria da qualidade da prestação de serviços educacionais pelo Estado e pelas organizações privadas – o que aponta o desafio de fornecer todas as condições para o processo ensino-aprendizagem tanto de professores quanto de alunos.

A análise da combinação entre diferenças regionais e de situação do domicílio aponta um quadro de desigualdade preocupante. No Nordeste, a desigualdade é maior quando comparada a outras regiões, e há maior diferença entre os meios rural e urbano. Os índices mostram que há 33,8% de analfabetos na população rural enquanto nas cidades 14,8% ainda não estão alfabetizados. Mesmo no Sudeste, a taxa de analfabetismo da população rural (15,4%) corresponde ao triplo da população urbana (5,0%). O Gráfico 2 apresenta esta situação.

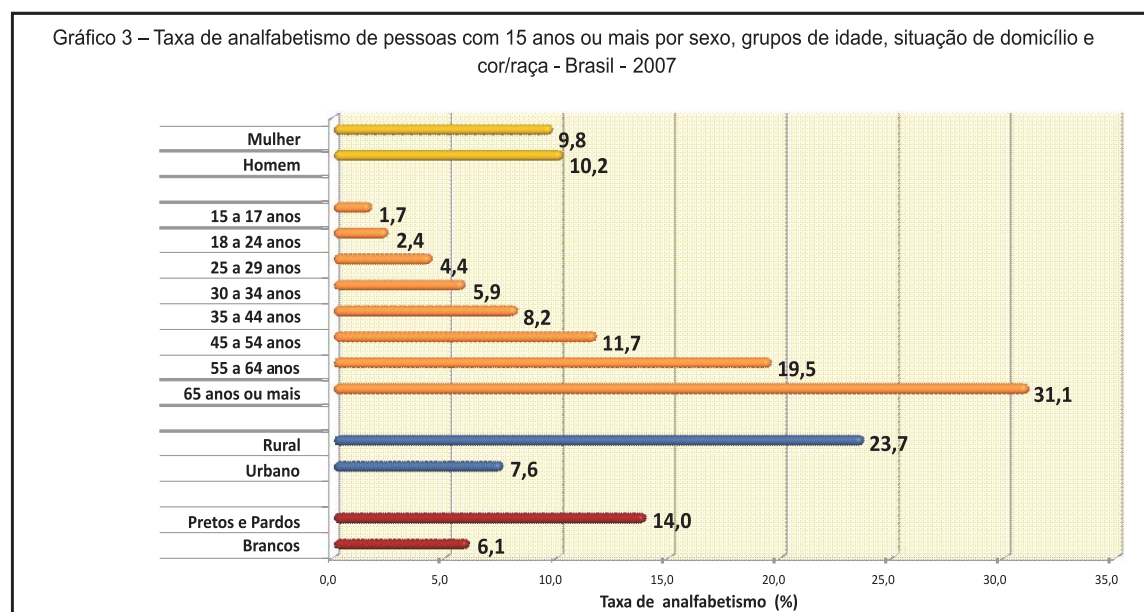


Considerando as faixas etárias, a redução do analfabetismo foi maior entre as pessoas acima de 41 anos – 14,7 pontos percentuais em 20 anos. A menor taxa de analfabetismo continua entre os jovens de 15 a 24 anos (2,2%). Este grupo etário representa 5,3% das pessoas analfabetas, indicando que este problema pode estar próximo de ser superado. Independentemente da idade, a redução neste indicador depende do esforço conjunto das três esferas de governo na consolidação das políticas de alfabetização e de educação de jovens e



adultos conjugadas a políticas de profissionalização, de saúde, de trabalho e emprego, ao desenvolvimento social, agrícola, e cultural.

O gráfico 3 representa as desigualdades nas taxas de analfabetismo entre as populações caracterizadas por sexo, idade, cor/raça, e localização de domicílio. Entre 2005 e 2007, os dados da PNAD mostram ligeira redução na diferença entre as taxas de analfabetismo para brancos e pretos/pardos e entre rural e urbano. Nos outros recortes analisados – regiões e quintos de renda – as taxas não se movimentaram significativamente.



Fonte: IBGE - PNAD 2007.

A alfabetização é pré-requisito para a maioria das formas de aprendizado, independentemente do grupo etário. É uma ferramenta crucial para qualquer criança, jovem ou adulto adquirir habilidades essenciais que lhes proporcionará chances e oportunidades para vencer os desafios do cotidiano e representa um passo essencial da educação básica. Torna-se, portanto, indispensável para a efetiva participação na sociedade e nas economias do século 21.

A persistência do analfabetismo no Brasil e sua relação com o desenvolvimento social e a inclusão incentivaram a priorização política manifesta no pacto entre o Governo Federal e os governadores do Norte e Nordeste, no início de 2009, e na destinação de maiores recursos para os programas Brasil Alfabetizado e EJA. Neste pacto, os estados fixaram metas de redução do analfabetismo, da mortalidade infantil, da indocumentação e para a melhoria da assistência técnica aos agricultores familiares. Em todos os casos, a dependência da escolarização dos sujeitos é incontestável.

Em nível internacional, o Brasil está sendo considerado pela UNESCO parte do grupo de países em situação de risco quanto ao analfabetismo absoluto. Para apoiar a luta pela superação do analfabetismo, esta organização do sistema ONU criou o LIFE - Literacy Initiative for Empowerment, programa com duração de 10 anos (até 2015), destinado a 35 países que possuem pelo menos 10 milhões de analfabetos absolutos.

Espera-se que, com prioridade governamental e social, sejam solucionados os persistentes problemas que obstaculizam a redução da maior das iniquidades sociais do Brasil: o baixo envolvimento do setor público e de gestores educacionais, os altos índices de evasão, o baixo rendimento do processo de alfabetização, e a pequena continuidade em programas de EJA entre os alfabetizados.

o Acesso restrito à educação infantil de qualidade, sobretudo pelas crianças de 0 a 3 anos

Diferentes estudos têm mostrado que o investimento em Educação Infantil – creche e pré-escola – é uma condição estratégica para o desenvolvimento social e para o desempenho nas séries subsequentes. A interação com o meio ambiente e social desde a primeira infância é condição fundamental para o desenvolvimento cognitivo e emocional, produz impacto significativo nas condições de vida futura e na inserção sócio-profissional.

Os indicadores de acesso à educação infantil vêm apresentando uma tendência de melhora na frequência, mais acentuada na faixa etária de 4 e 5 anos. A pré-escola atendeu, em 2007, 70% das crianças nesta faixa etária e 93% dos municípios ofertam vagas. Este número chega a quase 77,6% quando se inclui crianças de 6 anos.

Para as crianças de 0 a 3 anos, o atendimento ainda é muito precário, apesar de 77 % dos municípios terem oferta de vagas em creches públicas, com um aumento de 10% entre 2005 e 2007. No entanto, os dados da última PNAD apontam que apenas 17% das crianças frequentaram creche no Brasil e todas as regiões atenderam menos de um quarto da população nesta faixa etária e observa-se um aumento nas desigualdades.

As diferenças no atendimento escolar na Educação Infantil ficam bastante claras pelos valores contidos nas tabelas 2 e 3, que apresentam dados de população de crianças de 0 a 6 anos e de frequência à creche ou escola por grupos de idade para Brasil e regiões, e por classes de rendimento médio mensal familiar.

Tabela 2 - Crianças de 0 a 6 anos de idade, total e taxa de frequência à creche ou escola, por grupos de idade, segundo as Regiões Geográficas - 2007

Regiões Geográficas	Crianças de 0 a 6 anos de idade, por grupos de idade					
	Total (1.000 pessoas)			Taxa de frequência à creche ou escola (%)		
	Total	0 a 3 anos	4 a 6 anos	Total	0 a 3 anos	4 a 6 anos
Brasil	19 990	10 958	9 032	44,5	17,1	77,6
Norte	2 200	1 244	956	33,9	7,5	68,2
Nordeste	6 283	3 446	2 837	45,0	14,1	82,7
Sudeste	7 427	4 045	3 382	49,2	22,1	81,7
Sul	2 576	1 380	1 196	42,8	21,3	67,7
Centro-Oeste	1 504	843	661	36,5	13,3	66,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

O atendimento escolar de crianças de 0 a 3 anos cujas famílias recebem até $\frac{1}{2}$ salário mínimo é 4 vezes menor do que o das crianças cujas famílias têm rendimento mensal médio acima de 3 salários mínimos. O acesso à Educação Infantil por parte das crianças de baixa renda tem impacto na vida pessoal e familiar, por facilitar a inserção sócio-profissional da mãe. Mesmo sendo a região com maior cobertura, o Sudeste atende menos da metade da população deste segmento, e deixa de atender mais de 80% das crianças mais pobres. A pior situação é a do Norte, que deixa de atender mais de 90% da população de até 3 anos, e apenas 5% das crianças mais pobres são contempladas com o acesso ao direito à creche.

Na pré-escola, o atendimento de crianças de 4 a 6 anos com rendimento médio familiar acima de 3 salários mínimos está perto da universalização; o Norte, mais uma vez, ocupa a pior situação. Para as crianças mais pobres, a pior situação é a da região Sul e Centro-Oeste, que atendem pouco mais da metade das crianças. A maior oferta de vagas na pré-escola é no Nordeste, que atende 78% das nesta faixa de rendimento familiar.



Tabela 3 - Taxa de frequência à creche ou escola das crianças de 0 a 6 anos de idade, por grupos de idade e classes de rendimento médio mensal familiar *per capita*, segundo as Regiões Geográficas - 2007

Regiões Geográficas	Taxa de frequência à creche ou escola das crianças de 0 a 6 anos das idade, por grupos de idade (%)					
	0 a 3 anos					
	Total	Classes de rendimento médio mensal familiar <i>per capita</i> (salário mínimo)				
	(1)	Até 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3
Brasil	17,1	10,8	18,7	26,7	32,0	43,6
Norte	7,5	4,9	10,6	13,6	19,8	21,1
Nordeste	14,1	10,8	19,7	28,6	24,9	43,4
Sudeste	22,1	14,3	20,7	27,8	37,4	49,1
Sul	21,3	12,4	19,9	31,2	32,2	40,6
Centro-Oeste	13,2	9,0	12,5	16,6	21,6	36,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

(1) Inclusive famílias sem rendimento e sem declaração de rendimento.

Regiões Geográficas	Taxa de frequência à creche ou escola das crianças de 0 a 6 anos das idade, por grupos de idade (%)					
	4 a 6 anos					
	Total	Classes de rendimento médio mensal familiar <i>per capita</i> (salário mínimo)				
	(1)	Até 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3
Brasil	77,6	71,4	79,7	86,3	91,8	94,7
Norte	68,2	60,8	74,3	82,9	95,5	86,1
Nordeste	82,7	77,8	89,9	95,0	96,3	96,8
Sudeste	81,7	71,4	83,5	88,2	94,1	95,5
Sul	67,7	54,3	66,6	79,9	84,1	92,8
Centro-Oeste	66,2	55,5	66,7	80,0	86,5	94,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

(1) Inclusive famílias sem rendimento e sem declaração de rendimento.

Merecem destaque as baixas taxas de atendimento escolar em Educação Infantil por parte da população da área rural. Apenas 6,4% das crianças entre 0 e 3 anos atendidas moram no campo, enquanto na área urbana 19,6% estão na creche. Na faixa de 4 a 6 anos, 66% das crianças da área rural são atendidas, enquanto na área urbana 19,6% estão na creche. Na faixa de 4 a 6 anos, 66% das crianças são atendidas na área rural, enquanto na área urbana são 80,4%. Neste caso, a diferença de 14 pontos percentuais coloca o meio rural, em 2007, no mesmo patamar que o meio urbano há sete anos.

No entanto, as diferenças entre viver no campo e viver na cidade colocam necessidades diferentes no atendimento em Educação Infantil em um e outro espaço, assim como em todos os outros níveis educacionais. Os desafios de pensar metodologias apropriadas aos sujeitos do processo educacional, assim como de estimar a demanda real para esta fase educacional estão colocados.

A tabela 4 representa as diferenças no atendimento em Educação Infantil por situação de domicílio para o Brasil e Regiões Geográficas.

Tabela 4 - Taxa de escolarização nas faixas de 0 a 3 anos e 4 a 6 anos por situação do domicílio - Brasil e Regiões Geográficas - 2007

Regiões Geográficas	Taxa de escolarização (%)			
	0 a 3 anos		4 a 6 anos	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Brasil	19,6	6,4	80,4	66,0
Norte	9,3	2,5	72,7	55,5
Nordeste	16,9	7,3	86,1	75,2
Sudeste	23,4	8,7	83,7	62,1
Sul	24,3	5,8	70,4	54,9
Centro-Oeste	14,9	2,9	69,7	43,7

Fonte: IBGE - PNAD 2007.

A implantação, a partir de 2007, do FUNDEB e das ações previstas no PDE, associada à pressão de Conselhos Municipais de Educação e de organizações da sociedade civil, movimentaram estados e municípios para a criação de vagas na educação infantil, seja via transferência de recursos, seja criando sistemas próprios. Esse movimento é indicado pelo aumento no percentual de recursos federais aplicados em 2007 e no número de municípios que em 2008 oferecem creches públicas (aumento de nove pontos percentuais em quatro anos). A política federal de ampliação de cobertura na educação infantil tem a meta de financiar a criação de cerca de 500 unidades/ano, de bibliotecas, parques, e transporte escolar.

o Níveis insuficientes e desiguais de desempenho e conclusão do ensino fundamental, com acesso limitado para alunos com deficiência

A partir de 2007, o MEC passou a acompanhar a vida escolar pelo Educacenso, coletando dados por aluno e está fazendo as adequações metodológicas para divulgar as informações sobre repetência, evasão e conclusão para os anos de 2006 e 2007. Estes são indicadores relevantes adotados pelo Observatório da Equidade para acompanhar o ensino fundamental e médio. A atualização destes índices dependerá da divulgação dos dados pelo INEP.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica IDEB é o indicador adotado pelo MEC para avaliação de qualidade, e sua composição combina resultados de desempenho escolar (prova Brasil) e resultados de rendimento escolar (fluxo apurado pelo Censo Escolar), sendo calculado em anos alternados.

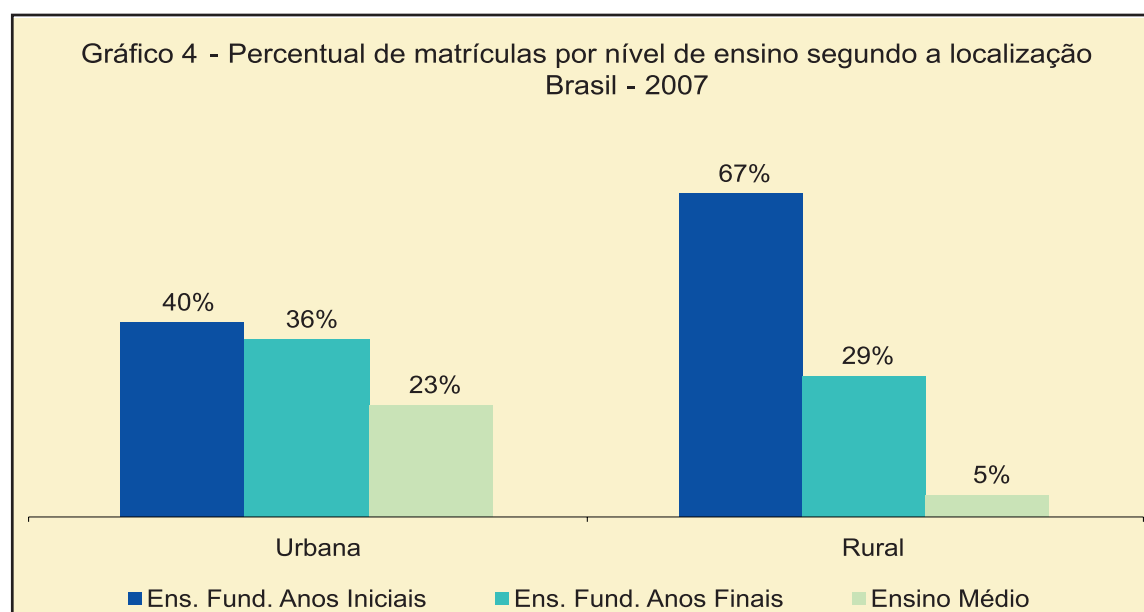
A comparação entre os índices de 2005 e 2007 mostra melhora na média nacional nos anos iniciais e nos finais do ensino fundamental, tanto na rede pública quanto na privada. As escolas acordaram metas para o IDEB, tendo em vista alcançar a meta nacional de 6,0 em 2021, buscando equiparar a índices internacionais. Em 2007, 65% das escolas brasileiras ultrapassaram e outras 6,7% atingiram suas metas nos anos iniciais do ensino fundamental. As 28% que não atingiram a meta estabelecida representam 7.443 escolas. Nos anos finais, 56,4% ultrapassaram e 7,3% atingiram suas metas, enquanto 36,3% não atingiram, ou seja, 6.510 escolas. O intercâmbio de boas práticas entre as escolas, dentre outros fatores como o compromisso do poder público em todos os níveis, dos atores da escola e da comunidade, se incentivados, podem potencializar o esforço de alunos e professores para melhorar o desempenho e a qualidade do ensino.



Os investimentos nas condições de funcionamento das escolas começam a se refletir em indicadores de qualidade. Os indicadores de infraestrutura tiveram uma melhora significativa no número de alunos que estudam em escolas com dependências e vias adequadas para alunos com deficiência, com biblioteca e quadra de esportes. Também melhorou a proporção de professores com licenciatura, maior nos anos iniciais do que nos anos finais do ensino fundamental.

No entanto, quando se trata de escolas rurais, as condições são extremamente precárias. Cerca de 90% de alunos estudam em escolas rurais que não possuem acesso à internet e laboratório de informática e 75% não dispõem de biblioteca. Apenas 2% de alunos estudam em escolas que possuem laboratório de ciências. Ainda há 23% das escolas rurais sem energia elétrica.

Tamanha desigualdade nas condições de escolarização urbana e rural (considerando ensino fundamental e médio) é fortalecida quando se associa a precariedade das escolas à oferta de vagas. A redução no número de vagas vai afunilando as oportunidades ao longo dos anos de escolarização de forma muito mais acentuada no campo do que nas cidades. No meio rural, há 2,3 vagas nos anos iniciais para uma nos anos finais do ensino fundamental. No ensino médio, a situação é mais grave, para cada seis vagas nos anos finais do ensino fundamental uma vaga é oferecida no ensino médio (e nem sempre está ao alcance do aluno). O Gráfico 4 representa esta situação.



o Níveis insuficientes de acesso, permanência, desempenho e conclusão do ensino médio

O debate público sobre a função e os rumos do ensino médio no Brasil volta à pauta, buscando encontrar um caminho que compatibilize o direito de aprender, pedagogia, formação para o trabalho e para a cidadania, entre outros aspectos de tão complexa questão.

Os indicadores de fluxo escolar no ensino médio – repetência, evasão e conclusão, apurados por meio dos dados coletados no Educacenso, também aguardam divulgação pelo INEP.

A insuficiência de acesso dos jovens entre 15 e 17 anos ao ensino médio persiste como problema, potencializado pelas altas taxas de distorção idade-série. A escola atende apenas 48% desta população, enquanto 52% estão cursando níveis que não estão de acordo à sua faixa

etária, conforme dados da PNAD 2007. A idade média dos alunos do ensino médio caiu 1,7 anos entre 2005 e 2007, o que pode estar refletindo uma evasão de alunos com idade mais avançada para o trabalho ou para o EJA.

As desigualdades na taxa de frequência ao ensino médio na faixa etária entre 15 e 17, apesar de apresentarem ligeira queda, permanecem em níveis muito altos. Quando se compara as desigualdades entre etnias, território, renda, e gênero nas diferentes etapas da escolarização, é no ensino médio que elas são maiores. A menor desigualdade é entre homens e mulheres, e está acima de 10%. Porém, está aumentando porque as mulheres estão indo à escola mais do que os homens, o que pode ser confirmado pelos dados da PNAD 2007, que indicam 7,3 anos de estudo para elas e 6,9 para ele. As desigualdades no acesso/permanência no ensino médio para as populações rural e urbano, preto-parda e branca, e entre regiões estão acima de 20%, mas nenhuma outra se compara à desigualdade entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres: 49 pontos percentuais. Isto significa que um estudante cuja família tem rendimento médio mensal entre os 20% mais ricos tem quase 3 vezes mais chance de cursar o ensino médio do que os 20% mais pobres.

A melhoria das condições de funcionamento das escolas no nível médio, tanto no ensino regular quanto no EJA melhorou significativamente com a implantação de políticas do livro didático, merenda, transporte e infraestrutura das escolas. Cerca de 90% dos alunos estudam em escolas com laboratório de informática e biblioteca; em 2005, eram cerca de 60%. A expansão de laboratório de ciências foi menor, apenas 5% dos alunos foram beneficiados com essa importante condição de aprendizagem no mesmo período. A proporção de professores nas áreas de física, química, matemática e biologia aumentou significativamente, quando se compara dados do Censo do Magistério, coletado em 2003 e os dados do Educacenso de 2007. O rendimento médio mensal dos professores vem aumentando e deverá ter um movimento maior refletindo a implantação do piso salarial docente.

o Insuficiência da oferta de qualidade e desarticulação dos subsistemas de educação técnica e de formação profissional continuada

A educação profissional recebeu em 2008 inovações de caráter estruturante a partir de iniciativas governamentais e do setor privado, que cimentam o aperfeiçoamento do sistema de educação profissional em todas as suas modalidades, projetando resultados a médio e longo prazos.

A Lei 11.892/08 instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e os Institutos Federais passaram a ser designados como agências acreditadoras e certificadoras dessa modalidade de educação em todos os níveis de ensino, redefinindo o arranjo institucional da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Superior.

Essa medida jurídico-normativa representa um passo indispensável para a adoção de um Sistema Nacional de Certificação Profissional dos Trabalhadores, que virá contribuir para a plena incorporação da educação profissional como ferramenta das políticas públicas de inclusão social no País. Ao conferir legitimidade social e profissional à qualificação dos trabalhadores, a Certificação Profissional favorece o acesso ao mercado de trabalho, à obtenção do emprego de qualidade e remuneração compatíveis com a atividade realizada.

Recentemente, foram assinados protocolos jurídicos entre o Governo Federal e os órgãos do Sistema S (SENAI, SENAC, SESC e Sesi), ampliando a gratuidade e o número de vagas em cursos técnicos de formação inicial e continuada para alunos e trabalhadores de baixa renda, empregados ou desempregados. Estas agências de capacitação iniciam um processo de expansão da rede de ensino técnico de nível superior em diferentes áreas do setor produtivo.



Os indicadores de observação pouco se alteraram, permanecendo o descompasso entre a oferta de profissionais com formação técnica de nível médio e a demanda potencial por trabalhadores qualificados.

Nos anos 2007 e 2008, apenas 10% da demanda potencial foi atendida sendo que no Sul o atendimento foi quatro vezes maior que no Nordeste, mantendo a concentração territorial da oferta de cursos. No caso da formação inicial e continuada, os estados da Região Nordeste aumentaram a oferta, oferecendo 37% das matrículas, superando as do Sudeste. A Região Centro-Oeste teve a menor proporção de matrículas, apenas 9,7%.

As matrículas nos cursos da educação técnica cresceram 10 pontos percentuais entre 2006 e 2008, permanecendo fortemente concentradas nos estados da Região Sudeste, com mais de 60% das matrículas. O aumento mais significativo – 69,7% – ocorreu nas capitais da Região Norte, em escolas da rede pública.

Essa relativa movimentação dos indicadores de monitoramento da observação da educação profissional não capta ainda a efetiva expansão da Rede de Escolas Técnicas Profissionais de Nível Médio.

Em 2008 são contabilizados 3.552 estabelecimentos de ensino, o que representa um aumento de 3,22% em relação ao ano anterior, com acréscimo significativo de 10% de escolas técnicas nos estados da Região Norte. Em conjunto, as escolas técnicas da rede pública respondem atualmente por 46% das matrículas nos cursos técnicos profissionais, apesar de representarem apenas 33% do total de estabelecimentos de educação profissional técnica.

A educação profissional continua sendo financiada majoritariamente por recursos federais, que respondem por mais de 80% do investimento. No entanto, com relação ao gasto público total com educação, apenas 2% são direcionados para a qualificação dos trabalhadores.

O desafio imediato é operar o ensino profissionalizante com esse perfil de financiamento tendo em vista o aumento do número de matrículas, que foi da ordem de 15% em 2008. O Censo Escolar do MEC/INEP indica que a educação profissional ofertada simultaneamente com o ensino médio regular teve 19,6% de aumento no número de matrículas e o ensino profissionalizante após a educação básica cresceu 10,5%.

O estudo mais da situação da educação profissional será aperfeiçoado com as análises dos dados pelo Suplemento da PNAD coletado em 2007, que teve por objetivo identificar as Características Complementares da Educação de Jovens e Adultos e Características da Educação Profissional. Este instrumento, ao lado de outras informações que estão sendo produzidas no MEC, proporcionará a oportunidade de aprofundar o diagnóstico e revisitar os indicadores de observação desta modalidade educacional.

Quadro de Indicadores

Os problemas e as desigualdades na escolarização no Brasil

O nível de escolaridade da população brasileira é baixo e desigual

INDICADORES	2005			2006			2007		
	Brasil: 7 anos			Brasil: 7,1 anos			Brasil: 7,3 anos		
Média de anos de estudo da população de 15 anos ou mais de idade	Desigualdades Em p.p.	Razão*		Desigualdades Em p.p.	Razão*		Desigualdades Em p.p.	Razão*	
	Nordeste: 5,6 anos Sudeste: 7,7 anos	1,38		Nordeste: 5,8 anos Sudeste: 7,8 anos	1,38		Nordeste: 6,0 anos Sudeste: 7,9 anos	1,32	
	Rural: 4,2 anos Urbana: 7,5 anos	1,79		Rural: 4,3 anos Urbana: 7,6 anos	1,79		Rural: 4,5 anos Urbana: 7,8 anos	1,73	
	Preta/Parda: 6,0 anos Branca: 7,8 anos	1,30		Preta/Parda: 6,4 anos Branca: 8,1 anos	1,30		Preta/Parda: 6,3 anos Branca: 8,1 anos	1,29	
	20% + pobres: 4,6 anos 20% + ricos: 10,1 anos	2,20		20% + pobres: 4,9 anos 20% + ricos: 10,3 anos	2,20		20% + pobres: 5,0 anos 20% + ricos: 10,3 anos	2,06	
	Homens: 6,8 anos Mulheres: 7,1 anos	1,0		Homens: 7,0 anos Mulheres: 7,3 anos	1,0		Homens: 7,1 anos Mulheres: 7,4 anos	1,0	

* A razão significa quantas vezes o membro de um grupo tem a mais de chance de acessar o evento em estudo, quando comparado às chances de um membro do outro grupo.



Analfabetismo

Persistência de elevado contingente de analfabetos, reforçando desigualdades

INDICADORES	2005	2006	2007
Número de analfabetos	15 milhões de analfabetos (15,1 milhões em 2001)	14,4 milhões de analfabetos	14,1 milhões de analfabetos
	Brasil: 11,1%	Brasil: 10,4%	Brasil: 10,0%
Taxa de analfabetismo na população de 15 anos ou mais	Nordeste: 21,9% Sul: 5,9% Rural: 25% Urbana: 8,4% Preta/Parda: 15,4% Branca: 7,0% 20% + pobres: 20,7% 20% + ricos: 2,1%	Nordeste: 20,7% Sul: 5,7% Rural: 24,1% Urbana: 7,8% Preta/Parda: 14,6% Branca: 6,5% 20% + pobres: 19,3% 20% + ricos: 1,9%	Nordeste: 20,0% Sul: 5,4% Rural: 23,4% Urbana: 7,7% Preta/Parda: 14,2% Branca: 6,2% 20% + pobres: 18,5% 20% + ricos: 2,0%
Taxa de analfabetismo por grupos de idade	60 anos ou +: 31,1% 15 a 24 anos: 2,9%	60 anos ou +: 29,3% 15 a 24 anos: 2,4%	60 anos ou +: 28,4% 15 a 24 anos: 2,2%

* A razão significa quantas vezes o membro de um grupo tem a mais de chance de acessar o evento em estudo, quando comparado às chances de um membro do outro grupo.
Fonte: PNAD/IBGE

	Causas	Indicadores	2005	2006	2007	2008
Acesso	Insuficientes e ineficazes mecanismos de mobilização de jovens e adultos analfabetos	Proporção de jovens (15 a 24 anos) analfabetos que frequentam cursos de alfabetização	3,9% 38.943 jovens	3,4% 28.078 jovens	2,9% 21.657 jovens	Informação ainda não disponível (PNAD/IBGE)
		Proporção de adultos (25 anos ou mais) analfabetos que frequentam cursos de alfabetização	2,6% 356.267 pessoas	2,5% 336.775 pessoas	1,8% 240.925 pessoas	Informação ainda não disponível (PNAD/IBGE)
	Dificuldade de acesso a cursos de alfabetização	Proporção de analfabetos das áreas rural e urbana que frequentam cursos de alfabetização	Rural: 2,5% Urbana: 2,9%	Rural: 2,6% Urbana: 2,5%	Rural: 2,0% Urbana: 1,8%	Informação ainda não disponível (PNAD/IBGE)
Qualidade	Fragilidade nas estruturas e processos de alfabetização de adultos	-	-	-	-	-
	Ausência de adequação dos cursos aos diferentes perfis de analfabetos	-	-	-	-	-
	Alto índice de evasão nos cursos de alfabetização	Taxa de evasão dos cursos do Programa Brasil Alfabetizado	17%	Informação ainda não disponível (SECAD/MEC)	Informação ainda não disponível (SECAD/MEC)	Informação ainda não disponível (SECAD/MEC)
Permanência	Insuficiente integração das ações do Programa Brasil Alfabetizado com a Educação de Jovens e Adultos (EJA)	Proporção de recém alfabetizados que ingressam em EJA	5%	6,2%	Informação ainda não disponível (SECAD/MEC)	Informação ainda não disponível (SECAD/MEC)
	Oferta insuficiente de EJA pela rede pública	Percentual de escolas públicas que oferecem EJA	24,3%	26,3%	23,9%	24,6%
	Elevados índices de fracasso no ensino fundamental	Proporção de analfabetos que anteriormente já frequentaram escola	38,4%	40,9%	42,1%	Informação ainda não disponível (PNAD/IBGE)

Educação Infantil

Acesso restrito à educação infantil de qualidade, sobretudo pelas crianças de 0 a 3 anos

INDICADORES	2005			2006			2007		
	Brasil: 13%			Brasil: 15,5%			Brasil: 17,1%		
		Desigualdades Em p.p.	Razão*		Desigualdades Em p.p.	Razão*		Desigualdades Em p.p.	Razão*
Taxa de frequência à creche: crianças de 0 a 3 anos	Preta/Parda: 11,6%	2,9	1,25	Branca: 17,1%	3,3	1,24	Preta/Parda: 14,9%	4,5	1,30
	Rural: 4,6%	10,6	3,30	Urbana: 17,6%	11,0	2,67	Urbana: 19,6%	13,2	3,06
	Norte: 5,8%	10,3	2,78	Sudeste: 19,2%	11,2	2,40	Norte: 7,5%	14,5	2,93
	20% + pobres: 8,2%	21,4	3,61	20% + pobres: 9,5%	22,8	3,39	20% + pobres: 10,2%	26,0	3,55
	Brasil: 63%			Brasil: 67,6%			Brasil: 70,1%		
Taxa de frequência à pré-escola: crianças de 4 e 5 anos	Preta/Parda: 60,6%	4,7	1,07	Branca: 70,2%	4,8	1,07	Preta/Parda: 68,2%	4,3	1,06
	Rural: 44,5%	23,0	1,52	Urbana: 72,0%	22,0	1,44	Urbana: 73,8%	18,9	1,34
	Sul: 49,1%	21,8	1,44	Nordeste: 73,8%	20,1	1,37	Sul: 56,9%	19,9	1,35
	20% + pobres: 52,9%	34,0	1,64	20% + pobres: 58,0%	29,2	1,50	20% + pobres: 61,9%	27,5	1,44

A razão significa quantas vezes o membro de um grupo tem a mais de chance de acessar o evento em estudo, quando comparado às chances de um membro do outro grupo.
Fonte: PNAD/IBGE.

	Causas	Indicadores	2005	2006	2007	2008
Acesso	Insuficiência de recursos públicos para financiar a oferta de educação infantil	Percentual de recursos federais aplicados na educação infantil	0,18%	0,18%	0,46%	Informação ainda não disponível
	Educação infantil não é vista como parte da educação e primeira etapa do processo educacional	Percentual de municípios que não têm oferta de creches públicas	32,3%	29,5%	25,7%	23,2%
		Percentual de municípios que não têm oferta de pré-escola pública	2,3%	0,5%	0,7%	0,7%
		Percentual de crianças que frequentam educação infantil pública sem parque infantil	52,7%	53,3%	56,7%	53,5%
Qualidade	Desvalorização da profissão docente	Rendimento mensal médio dos professores de educação infantil com formação de nível superior (30h semanais)	Brasil: R\$ 759,00	Brasil: R\$ 1.029,21	Brasil: R\$ 1.094,93	Informação ainda não disponível (PNAD/IBGE)
	Formação inadequada de docentes	Professores sem magistério ou licenciatura	14,8%	14,4%	24,3%	22,9%
	Fragilidade institucional de muitos municípios	Proporção de municípios que não têm Conselho Municipal de Educação	55%	44%	Informação não disponível (CNE/MEC, UNDEIME)	Informação não disponível (CNE/MEC, UNDEIME)



Ensino Fundamental

Níveis insuficientes e desiguais de desempenho e conclusão do ensino fundamental, com acesso limitado para alunos com deficiência

INDICADORES	2004		2005		2006	2007
Taxa de Repetência	Brasil: 21,1%		Brasil: 20,1%		-	-
	Desigualdades Em p.p.	Razão*	Desigualdades Em p.p.	Razão*	Informação ainda não disponível**	Informação ainda não disponível***
Taxa de Evasão	Nordeste: 30,2% Sudeste: 12,5%	2,42	Nordeste: 27,9% Sudeste: 12,4%	15,5**	2,25	
	Brasil: 6,9%		Brasil: 6,9%		Informação ainda não disponível**	Informação ainda não disponível***
Taxa Média Esperada de Conclusão	Desigualdades Em p.p.	Razão*	Desigualdades Em p.p.	Razão*	Informação ainda não disponível**	Informação ainda não disponível***
	Nordeste: 8,8% Sudeste: 5,1%	1,73	Nordeste: 8,9% Sul: 5,0%	3,9	1,78	
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB** Anos iniciais do ensino fundamental	4ª série Brasil: 89% Nordeste: 79% Sudeste: 96%	1,22	4ª série Brasil: 87,6% Nordeste: 79,4% Sudeste: 94,5%	15,1	1,19	
	8ª série Brasil: 54% Nordeste: 38% Sudeste: 69,3%	1,82	8ª série Brasil: 53,8% Nordeste: 38,7% Sudeste: 69,1%	30,4	1,79	
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB*** Anos finais do ensino fundamental	-		-		-	
	Desigualdades Em p.p.	Razão*	Desigualdades Em p.p.	Razão*	Brasil: 3,8 Meta: 3,5	
Proporção de escolas de ensino regular com inclusão de alunos com deficiência	Desigualdades Em p.p.	Razão*	Desigualdades Em p.p.	Razão*	Desigualdades Em p.p.	Razão*
	-	-	Público: 3,6 Privado: 5,9 Alagoas: 2,5 Distrito Federal: 4,8	2,3 2,3	Público: 4,0 Privado: 6,0 Alagoas: 3,1 São Paulo: 5,0	1,50 1,66
Proporção de escolas de ensino regular com inclusão de alunos com deficiência	-		-		-	
	Desigualdades Em p.p.	Razão*	Desigualdades Em p.p.	Razão*	Desigualdades Em p.p.	Razão*
Proporção de escolas de ensino regular com inclusão de alunos com deficiência	Desigualdades Em p.p.	Razão*	Desigualdades Em p.p.	Razão*	Desigualdades Em p.p.	Razão*
	-	-	Público: 3,2 Privado: 5,8 Alagoas: 2,4 Santa Catarina: 4,3	2,6 1,9	Público: 3,5 Privado: 5,8 Alagoas: 2,7 São Paulo: 4,3	1,66 1,59
Proporção de escolas de ensino regular com inclusão de alunos com deficiência	-		-		-	
	Desigualdades Em p.p.	Razão*	Desigualdades Em p.p.	Razão*	Desigualdades Em p.p.	Razão*
Proporção de escolas de ensino regular com inclusão de alunos com deficiência	Desigualdades Em p.p.	Razão*	Desigualdades Em p.p.	Razão*	Desigualdades Em p.p.	Razão*
	-	-	Público: 21,1% Privado: 14,0% Centro-Oeste: 34,1% Norte: 11,0%	7,1 23,1	Público: 28,4 Privado: 22,0 Sudeste: 45,4 Norte: 15,4	1,29 2,95

* A razão significa quantas vezes o membro de um grupo tem a mais de chance de acessar o evento em estudo, quando comparado às chances de um membro do outro grupo.

** Informação dependendo de definições metodológicas, em função da introdução do Educacenso em 2007, que adotou a coleta por alunos.

*** O IDEB tem valores entre 0 e 10 e é calculado em anos alternados a partir de 2005. A meta a ser atingida em 2021 é 6,0 nos anos iniciais e 5,5 nos anos finais do ensino fundamental.

Fonte: INEP/MEC.

Ensino Fundamental

	Causas	Indicadores	2005	2006	2007	2008
Acesso	Infraestrutura precária nas escolas de ensino regular para inclusão de alunos com deficiência	Percentual de escolas que não possuem dependências e vias adequadas a alunos com deficiência	Brasil: 94,8% Público: 95,9% Privado: 86,6%	Brasil: 93,6% Público: 94,9% Privado: 84,2%	Brasil: 92,8% Público: 93,9% Privado: 83,8%	Brasil: 90,3% Público: 91,9% Privado: 79,6%
	Infraestrutura deficiente nas escolas da rede pública	Percentual de alunos que estudam em escolas sem biblioteca	57,9%	53,9%	32,1%	27,9%
		Percentual de alunos que estudam em escolas sem quadras de esporte	46,3%	45,0%	42,4%	40,0%
Qualidade	Desvalorização da profissão docente	Rendimento mensal médio dos professores de ensino fundamental com formação de nível superior (30h semanais)	Brasil: R\$ 951,15	Brasil: R\$ 1.064,54	Brasil: R\$ 1.098,13	Informação ainda não disponível (PNAD/IBGE)
	Formação inadequada de professores	Proporção de professores sem licenciatura	Anos iniciais: 56,9% Anos finais: 22,2%	Anos iniciais: 47,3% Anos finais: 19,6%	Anos iniciais: 28,6% Anos finais: 18,0%	Anos iniciais: 26,8% Anos finais: 17,3%
	Alocação de professores menos experientes nas escolas públicas da periferia e área rural	-	-	-	-	-
	Desigualdade regional no investimento público por aluno/ano	Investimento por aluno/ano *	Pará: 1.091,00 Distrito Federal: 3.116,00 Anos iniciais: 1.607,00 Anos finais: 1.530,00	Informação por UF ainda não disponível Anos iniciais = 1.825,00 Anos finais = 2.004,00	Maranhão = 1.539,00 e Distrito Federal = 3.847,00 Anos iniciais: 2.166,00 Anos finais: 2.317,00	Informação ainda não disponível INEP/MEC
	Condições econômicas e sociais adversas de grande proporção de alunos da rede pública	Percentual de pessoas de 6 a 14 anos que frequentam escola pública oriundas de famílias com renda per capita inferior a 1/2 salário mínimo	44,7%	45,0%	44,0%	Informação ainda não disponível (PNAD/IBGE)
Permanência	Insuficiente tempo de permanência dos alunos na escola	Média de horas/aula diárias	4,4 horas	4,4 horas	4,4 horas	4,4 horas

* Valores nominais, em reais.



Ensino Médio

Níveis insuficientes de acesso, permanência, desempenho e conclusão do ensino médio

INDICADORES	2004			2005			2006			2007		
	Brasil: 22,5%			Brasil: 22,6%			Brasil: 47,1%			Brasil: 48,0%		
Taxa de Repetência	Razão* Desigualdades Em p.p. Norte: 26,1% Sudeste: 20,1%			Razão* Desigualdades Em p.p. Norte e Nordeste: 24,9% Sudeste: 20,5%			Razão* Desigualdades Em p.p. Preta/Parda: 37,4% Branca: 38,4%			Razão* Desigualdades Em p.p. Preta/Parda: 39,4% Branca: 38,7%		
Taxa de Evasão	Razão* Desigualdades Em p.p. Centro-Oeste: 12,6% e Sudeste: 9,0%			Razão* Desigualdades Em p.p. Norte: 11,2% Sudeste: 9,3%			Razão* Desigualdades Em p.p. Norte: 11,2% Sudeste: 9,3%			Razão* Desigualdades Em p.p. Norte: 11,2% Sudeste: 9,3%		
Taxa média esperada de conclusão do 3º ano	Razão* Desigualdades Em p.p. Centro-Oeste: 59,6% Sudeste: 70,5%			Razão* Desigualdades Em p.p. Norte: 62,7% Sudeste: 69,3%			Razão* Desigualdades Em p.p. Norte: 62,7% Sudeste: 69,3%			Razão* Desigualdades Em p.p. Norte: 62,7% Sudeste: 69,3%		
Proporção de jovens de 15 a 17 anos cursando o ensino médio	Razão* Desigualdades Em p.p. Centro-Oeste: 59,6% Sudeste: 70,5%			Razão* Desigualdades Em p.p. Norte: 62,7% Sudeste: 69,3%			Razão* Desigualdades Em p.p. Norte: 62,7% Sudeste: 69,3%			Razão* Desigualdades Em p.p. Norte: 62,7% Sudeste: 69,3%		
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB***	Razão* Desigualdades Em p.p. Privado: 5,6 Público: 3,1 Santa Catarina: 3,8 Amazonas: 2,4			Razão* Desigualdades Em p.p. Privado: 5,6 Público: 3,1 Santa Catarina: 3,8 Amazonas: 2,4			Razão* Desigualdades Em p.p. Privado: 5,6 Público: 3,1 Santa Catarina: 3,8 Amazonas: 2,4			Razão* Desigualdades Em p.p. Privado: 5,6 Público: 3,1 Santa Catarina: 3,8 Amazonas: 2,4		

* A razão significa quantas vezes o membro de um grupo tem a mais de chance de acessar o evento em estudo, quando comparado às chances de um membro do outro grupo.

** Informação dependendo de definições metodológicas, em função da introdução do Educacenso, em 2007, que adotou a coleta de dados por aluno.

*** O IDEB tem valores entre 0 e 10 e é calculado em anos alternados a partir de 2005. A meta a ser atingida em 2021 é 5,2 no ensino médio.

Fonte: INEP/MEC.

Ensino Médio

	Causas	Indicadores	2005	2006	2007	2008
Acesso	Inadequação etária para ingresso e conclusão no ensino médio	Idade média dos estudantes do ensino médio	19,7 anos	18,7 anos	18 anos	Informação ainda não disponível (PNAD/IBGE)
	Grande proporção de jovens (15 a 24 anos) que necessitam trabalhar	Percentual de jovens que trabalham ou procuram emprego	65,3%	63,9%	63,6%	Informação ainda não disponível (PNAD/IBGE)
		Percentual de jovens que frequentam ensino médio e trabalham	34,9%	33,9%	33,4%	Informação ainda não disponível (PNAD/IBGE)
Qualidade	Infraestrutura deficiente nas escolas da rede pública	Percentual de alunos que estudam em escolas sem laboratório de ciências	51%	50,4%	51,5%	46,3%
		Percentual de alunos que estudam sem biblioteca	38,1%	30,2%	12,5%	9,9%
		Percentual de alunos que estudam em escolas públicas sem laboratório de informática	39,5%	34,8%	21,9%	9,6%
		Rendimento mensal médio dos professores de ensino médio com formação de nível superior (30h semanais)	Brasil: R\$ 1.247,22	Brasil: R\$ 1.389,62	Brasil: R\$ 1.402,60	Informação ainda não disponível (PNAD/IBGE)
	Formação inadequada de professores	Proporção de professores sem licenciatura	11,7%	11,2%	11,8%	11,9%
Permanência	Déficit de professores de física, química, biologia e matemática	Percentual de professores habilitados em cada disciplina	Física: 10% Química: 22,2% Matemática: 20,4% Biologia: 44,4%*	Informação ainda não disponível	Física: 24,9% Química: 36,0% Biologia: 54,0% Matemática: 48,1%**	Informação ainda não disponível
	Condições econômicas e sociais adversas de grande proporção de alunos da rede pública	Percentual de pessoas de 15 a 17 anos que frequentam escola pública oriundas de famílias com renda per capita inferior a 1/2 salário mínimo	28,6%	29,1%	28,9%	Informação ainda não disponível (PNAD/IBGE)

*Fonte: INEP/MEC - Censo do Magistério, 2003.

**Fonte: INEP/MEC - Educacenso 2007 – a informação passa a ser coletada anualmente.



Educação Profissional

Insuficiência da oferta de qualidade e desarticulação dos subsistemas de educação técnica e de formação profissional continuada

INDICADOR	2005		2006		2007		2008	
	Brasil: 10,9%	Desigualdades*	Brasil: 11,4%	Desigualdades*	Brasil: 9,2%	Desigualdades*	Brasil: 10,6%	Desigualdades*
Relação entre matrícula na educação profissional técnica e estimativa da demanda potencial**	Norte: 4,0% Suli: 16,9%	12,9	Centro-Oeste: 5,4% Suli: 17,1%	11,7	Nordeste: 3,6% Suli: 14,4%	10,8	Nordeste: 3,8% Suli: 15,4%	11,6
* Em pontos percentuais. ** demanda potencial = nº de matrículas no 1º e 2º EM + nº de matrículas EJA médio. Fonte: INEP/MEC.								
Oferta	Causas		Indicadores		2005		2006	
Insuficiência de recursos para financiamento da educação profissional	Insuficiência de recursos para financiamento da educação profissional		Proporção do gasto público com educação profissional em relação ao total do gasto público com educação		2,0%		1,9%	
	Inexistência de previsão legal de financiamento para a educação profissional técnica		Número Índice do gasto federal com educação profissional (ano base = 2003)		123,4		134,4	
	Inadequação da oferta às demandas / necessidades dos segmentos envolvidos (trabalhadores e empresas segundo setor de atividades)		Proporção do gasto federal com educação profissional em relação ao gasto público com educação profissional		82,4%		82,8%	
	Incipientes mecanismos e instrumentos de identificação e prospecção da demanda de educação profissional		Andamento do Projeto de Lei para criação do FUNDEP		Em tramitação no Congresso Nacional			
	Concentração territorial da oferta de educação profissional		Proporção de matrículas na educação técnica nas 10 áreas de maior oferta de emprego		Informação não disponível		Informação não disponível	
			Proporção de matrículas na formação inicial e continuada de trabalhadores nas 10 áreas de maior oferta de emprego		Informação não disponível		Informação não disponível	
			Distribuição de matrículas na formação inicial e continuada de trabalhadores e distribuição da PEA, por região		Norte: 5,3% Sudeste: 44,9%		PEA = 7,4% PEA = 43,1%	
			Distribuição de matrículas na educação técnica e distribuição da PEA, por região		Norte: 2,4% Sudeste: 61,2%		PEA = 7,4% PEA = 43,1%	
Concentração territorial da oferta de educação profissional	Proporção de matrículas na educação técnica nos municípios das capitais		Proporção de matrículas na educação técnica nos municípios das capitais		Brasil: 32,7% Norte: 65,5% Suli: 19,7%		Brasil: 33,5% Norte: 63,7% Suli: 19,0%	
					Pública: 30,6% Privada: 34,2%		Pública: 34,7% Privada: 32,4%	
					Brasil: 17,2% Norte: 8% Sudeste: 26,5%		Brasil: 19,5% Norte: 9,8% Sudeste: 27,6%	
					Informação ainda não disponível		Informação ainda não disponível	
					Brasil: 3,6% Sudeste: 60,4%		PEA = 7,4% PEA = 43,3%	
					Centro-Oeste: 9,7% Norte: 37,1%		PEA = 7,4% PEA = 26,1%	
					Informação ainda não disponível		Informação ainda não disponível	
					Brasil: 6,8% Suli: 2,1% Sudeste: 7,6%		Redes: 4,4% Privada: 8,9%	
Concentração territorial da oferta de educação profissional					Informação ainda não disponível		Informação ainda não disponível	
					Centro-Oeste: 4,4% Sudeste: 61,5%		PEA = 7,4% PEA = 43,3%	
					Brasil: 24,4% Norte: 10,4% Sudeste: 42,0%		Brasil: 26,6% Norte: 11,7% Sudeste: 41,6%	
					Brasil: 31,0% Norte: 63,2% Suli: 17,7%		Brasil: 33,0% Norte: 69,7% Suli: 21,6%	
					Pública: 31,8% Privada: 30,3%		Pública: 36,0% Privada: 30,4%	
					Informação ainda não disponível		Informação ainda não disponível	
					Informação ainda não disponível		Informação ainda não disponível	
					Informação ainda não disponível		Informação ainda não disponível	

Educação Profissional

	Causas	Indicadores	2005	2006	2007	2008
Articulação	Fragmentação das redes e incipientes mecanismos de articulação na educação profissional	Ausência de um sistema integrado de informação para os três níveis de educação profissional				
	Baixa complementaridade entre os subsistemas da educação profissional	Proporção de Câmaras de Educação				
	Inexistência de interlocução entre as redes de educação profissional	Profissional nos Conselhos de Educação				
	Insuficiente integração da formação inicial e continuada dos trabalhadores com a elevação da escolaridade	Proporção de concluintes de cursos do PNQ que realizaram cursos com elevação de escolaridade		Brasil: 22,4% Nordeste: 4,2% Sudeste: 44,9%	Brasil: 22,9% Nordeste: 2,7% Norte: 59,9%	
Qualidade		Proporção de professores de formação inicial e continuada de trabalhadores com escolaridade adequada e/ou mínimo de 2 anos de experiência		Indicador a ser elaborado com informações do Sistema S		
	Qualificação insuficiente dos professores de formação inicial e continuada de trabalhadores	Proporção de professores de formação inicial e continuada de trabalhadores com certificação		Indicador a ser elaborado com informações do Sistema S		
		Proporção de professores de formação inicial e continuada de trabalhadores em cursos de formação		Indicador a ser elaborado com informações do Sistema S		
	Inadequação do material didático de formação inicial e continuada de trabalhadores					
	Precariedade e/ou defasagem dos laboratórios das instituições de educação profissional	Proporção de estabelecimentos de ensino de educação técnica que dispõem de laboratórios* por região	Informação ainda não disponível	Informação ainda não disponível	Brasil: 74,5% Sul: 90,0% Sudeste: 68,0% Pública: 87,9% Privada: 68,1%	Brasil: 80,4% Sul: 92,7% Sudeste: 75,7% Redes Pública: 91,4% Privada: 75,1%
	Distanciamento da prática educativa nos cursos de educação profissional em relação às necessidades de aprendizagem demandadas pelas empresas	Proporção de pessoas que concluíram cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores e que não trabalham na área que se formaram			Brasil: 43,7% Sul: 37,0% Nordeste: 51,5%	
	Ausência de critérios de qualidade na formação inicial e continuada de trabalhadores	Proporção de pessoas que concluíram cursos de educação profissional técnica e que não trabalham na área que se formaram			Brasil: 34,8% Sul: 32,0% Nordeste: 36,0%	
	Ausência de sistema de avaliação da educação profissional			Em tramitação nas áreas jurídicas MTE e MEC		
	Ausência de sistema nacional de certificação profissional dos trabalhadores		A partir da Lei 11.892/08 os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são designados instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais.			

* Inclui ciências e/ou informática e/ou outros laboratórios/oficinas.

Anexo

.....

I – Relação de Instituições /
Pessoas que participaram de
Atividades do Observatório da
Equidade

Anexo I – Relação de Instituições / Pessoas que participaram de Atividades do Observatório da Equidade

ABDI - AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

Clayton Campanhola
Mardem Elias Ferreira
Maria Luisa Campos Machado Leal
Reginaldo Braga Arcuri
Rosane Marques
Tânia Maria do Valle Arantes

ABDIB - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INFRA-ESTRUTURA E INDÚSTRIAS DE BASE

Alexandre Paes dos Santos
Ralph Lima Terra

ABIA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA INTERDISCIPLINAR DE AIDS

Marina Maria

ACADEMIA BRASILEIRA DE DIREITO CONSTITUCIONAL/PR

Eduardo Righi

AÇÃO COMUNITÁRIA DO BRASIL

Marília Pastuk

AÇÃO EDUCATIVA

Mariângela Graciano
Salomão Barros Ximenes

ACCOR Hotéis

Roberto Baungartner

ACEL - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS OPERADORAS CELULARES

Carlos Manuel Baigorri
Luciana Matos

ACIB - ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE BLUMENAU

Ricardo Stodieck

ACIC - ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE CRICIÚMA

Fabiano Azevedo

ACP - ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARÁ

Cláudio Humberto Duarte Barbosa

ADIAL BRASIL - ASS. BRASILEIRA PRÓ-DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

Humberto Tannús Junior

ALEC - ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ

Rachel Ximenes Marques
Amir Khair Consultoria
Amir Khair

ANFIP - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Miguel Arcanjo Simas Nôvo
Rodrigo Possas

APEOESP - Sindicato dos Professores de Ensino Oficial de SP - Subsede

Ribeirão Pires
Neusa Nakano

ARKO ADVICE PESQUISAS

Lucas Gonçalves de Aragão

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL

Maria Anunciação C. Sieczjovski

ASSOCIAÇÃO DE MARKETING PROMOCIONAL - AMPRO

Cyrille Verdier

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS COLETIVOS DE EMPRESÁRIOS E EMPREENDEDORES AFRO-BRASILEIROS

João Carlos Borges Martins
Mário Nélson da Costa Carvalho

ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA MULHER

Maria Fernanda Escurra

ATONG - ASSOCIAÇÃO TOCANTINENSE DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

Helio Marcio Lino Borges
Nara Costa Borges da Silva

**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

Maria Celina Berardinelli Arraes

BANCO DO BRASIL

Climaco César de Souza

Regina Camélia Ribeiro Miranda

Ricardo José da Costa Flores

BANCO GMAC S.A.

Regis Magalhães Soares de Queiroz

BANCO ITAÚ S.A.

Fernando Marques Cleto Duarte

BANCO SANTANDER

Carlos Pelá

BNDES - BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

André Albuquerque Sant'Anna

Ângela Regina Pires Macedo

Antônio Prado

Beatriz Barbosa Meirelles

Caio Azevedo

Cibele Gonçalves Azevedo Corrêa

Eduardo Ichikawa

Elvio Lima Gaspar

Ernani Teixeira Torres Filho

Gabriel Gomes

George Nelson Schmidt Teixeira

João Carlos Ferraz

Luis Otávio de Abreu Reiff

Marcelle Cunha

Marcelo Machado Nascimento

Pedro Quaresma de Araújo

Rafael Oliva Augusto

Shanna Nogueira Lima

BOVESPA - BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO

Sergio Luiz de Cerqueira Silva

BRADESCO

Olídio Aralde Junior

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Antonio Palocci

Deputado Sandro Mabel

Flavio Schuch

Mary Luce Barbosa

Osni Giani Ferraz

Campanha: AGROENERGIA É NOSSA!

Celso Agra

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO

Daniel Cara

CARGIL AGRÍCOLA S.A.

Alline Botrel

CASA CIVIL - GOVERNO DA BAHIA

Ranieri Muricy Barreto

CBIC - CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO

Luis Fernando Melo Mendes

Rafaela Ribeiro

Paula M. de Andrade

CDES/PE - CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DE PERNAMBUCO

Aristides Veras dos Santos

Celso Muniz de Araújo

Fernando Nunes de Souza

Gerson Victor Silva

Ildeberto Alencar

Josias Inojosa de Oliveira Filho

Mardonio de Andrade Quintas

Renato Augusto Pontes da Cunha

CEARAH PERIFERIA/CE

Marta Silêda Rebouças da Costa

CEDECA - CENTRO DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO CEARÁ

Márcio Alan Menezes Moreim

Nadja Furtado Borto Lotti

CEERT - CENTRO DE ESTUDOS E RELAÇÕES DE TRABALHO/DESGUALDADE/SP

Mario Rogério da Silva Bento

CEFET Campos/RJ

Cristina Guimarães Gomes

Marília Siqueira da Silva

CEFFAS - CENTROS FAMILIARES DE FORMAÇÃO POR ALTERNÂNCIA

Marcialene Preisler Zamboni

CENDHEC - CENTRO DOM HELDER CÂMARA DE ESTUDOS E AÇÃO SOCIAL

Marcelo de Santa Cruz Oliveira

CENTRAC - CENTRO DE AÇÃO CULTURAL

Maria Madalena de Medeiros



**CENTRAL DE COOPERATIVAS E
EMPREENHIMENTOS SOLIDÁRIOS -
UNISOL**

Aguinaldo Luiz de Lima
Luís Fernando Muratori

CENTRO DE CULTURA LUIZ FREIRE

Maria Elizabete Gomes Ramos

**CENTRO NORDESTINO DE MEDICINA
POPULAR**

Joselle Moura Ferreira

**CNAS - CONSELHO NACIONAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Edna Aparecida Alegro
Patrícia Souza de Marco
Vânia Lúcia Ferreira Leite

**CNDI - CONSELHO NACIONAL DOS
DIREITOS DO IDOSO**

Izabel Lima Pessoa

**CNDM - CONSELHO NACIONAL DOS
DIREITOS DA MULHER**

Mariana Carpanezzi

**CNE - CONSELHO NACIONAL DE
EDUCAÇÃO**

Adalberto Grassi Carvalho
Antonio Carlos Caruso Ronca
Regina Vinhaes Gracindo

**CNF - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**

Marcos Borges de Castro

**CNI - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA
INDÚSTRIA**

Flávio Pinheiro de Castelo Branco
Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti

**CNM - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE
MUNICÍPIOS**

Silvane Battaglin Schwengber

**CNPIR - CONSELHO NACIONAL DE
PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL**

Oraida Maria Machado de Abreu

**CNPS - CONSELHO NACIONAL DA
PREVIDÊNCIA SOCIAL**

Josepha Theotônia de Brito
Sonia de Sena e Silva

**CNRH - CONSELHO NACIONAL DE
RECURSOS HÍDRICOS**

Aureliano Cezar Martins Silva
Gualter de Carvalho Mendes

CNT - CONSELHO NACIONAL DE TURISMO

José Augusto Falcão
Raquel Santos de Oliveira

**CNTE - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS
TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO**

Eduardo Beurmann Ferreira

COCA COLA

Amary Azevedo
Jack Correa

**CONAMA - CONSELHO NACIONAL DO
MEIO AMBIENTE**

Carlos André Osório Carneiro

**CONAPE - CONSELHO NACIONAL DE
AQUICULTURA E PESCA**

Alexandra Rodrigues Rocha

CONSELHO DAS CIDADES - ConCidades

Ana Lucia Valadares de Carvalho
Cristina Aguiar
Miguel Lobato Silva

CONECTA CONSULTORIA

Fabiana Ferreira da Silva

**CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO
TURISMO - CNTUR**

Marcelo Ximenes

**CONJUVE - CONSELHO NACIONAL DA
JUVENTUDE**

Bárbara Oliveira Souza
David Barros Araújo
Fábio Meireles
José Eduardo de Andrade

**CONSED - CONSELHO NACIONAL DE
SECRETÁRIOS ESTADUAIS DE
EDUCAÇÃO/DF**

Mariana Ribeiro Bastos Migliari

**CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
(CEPERS)**

Maria Eulália Pereira Nascimento



**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
- OURINHOS/SP**

Roseli dos Santos Ribeiro

**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
- PORTO ALEGRE/RS**

Rosa Maria Pinheiro Mosna

**CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS
ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO**

Lilian Barboza Sena

Suelma Rodrigues da Costa

**CUT - CENTRAL UNICA DOS TRABALHA-
DORES**

Indalécio Wanderley Silva

Manoel Messias Nascimento Melo

CVRD - CIA VALE DO RIO DOCE

João Santos Coelho Neto

Renata Ribeiro Kingston

**DIEESE - DEPARTAMENTO INTERSINDICAL
DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-
ECONÔMICOS**

Ângela Maria Schwengber

Carlindo Rodrigues de Oliveira

Carolina Gagliano Rodrigues

Joana Cabete Biava

Júlia Polessa Maçaira

Liliane M B S Resende

Rosane de Almeida Maia

Rosane Maia

Sirlei Márcia de Oliveira

Sônia Maria Gonzaga de Oliveira

**EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE
AERONÁUTICA S.A.**

Camila Joki Cortez Fonseca

**EMBRAPA - EMPRESA BRASILEIRA DE
PESQUISA AGROPECUÁRIA**

José Roberto Rodrigues Peres

**EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMU-
NICAÇÕES - EMBRATEL**

Antonio Oscar de Carvalho Petersen Filho

EMPRESAS TREVISAN

Lúcio Abrahão Monteiro Bastos

ESCOLA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Silvio Romero de Sá

**ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
FAZENDÁRIA - ESAF**

João Francisco Alves Veloso

Maria Cristina Mac Dowell Dourado de Azevedo

Aloísio Flávio Ferreira de Almeida

ESCOLA DE FORMAÇÃO DA CNTE

Marcelo Francisco Pereira da Cunha

**ESCOLA DE GENTE COMUNICAÇÃO EM
INCLUSÃO/RJ**

Cláudia Maia Tavares

Fábio Meirelles Hardman de Castro

**ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA - ENAP**

Paula Montagner

**ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE
JOAQUIM VENÂNCIO/FIOCRUZ**

Cláudio Gomes Ribeiro

ESCOLA SINDICAL DA CUT NO NORDESTE

Maria Madalena O. Firmo

**FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DE
RORAIMA**

Luiz Aimberê Soares de Freitas

FAK - FACULDADE CYRIOS

Elton de Aquino Arruda

**FDIM - FEDERAÇÃO DEMOCRÁTICA
INTERNACIONAL DE MULHERES**

Márcia de Campos Pereira

**FEBRABAN - FEDERAÇÃO BRASILEIRA
DE BANCOS**

Antonio Carlos de Toledo negrão

Edigar Bernardo dos Santos

Jorge Higashino

Silvia Maria Guidolin

FEBRAFITE

Giselle Aranha Farias

Josevaldo Fernandes Gonçalves Júnior

**FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE
PAIS, MESTRES E FUNCIONÁRIOS DAS
ESCOLAS PÚBLICAS DO PARANÁ**

Urçula Carina Zanon



**FEDERAÇÃO DOS HOSPITAIS E
ESTABELECIMENTO DE SERVIÇOS DE
SAÚDE DO RIO GRANDE DO SUL**

Bernardo Kaiuka

**FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA
AGRICULTURA DO ESTADO DE GOIÁS**

Ana Maria Dias Caetano

**FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA
AGRICULTURA DO ESTADO DE SANTA
CATARINA - FETAESC**

Maria dos Passos Viana Bottega

**FEMERGS - FEDERAÇÃO DOS MUNICI-
PÁRIOS DO ESTADO RIO GRANDE DO SUL**

Vilson João Weber

**FENACOM - FEDERAÇÃO NACIONAL DAS
EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS**

Josué Tobias

**FENASEG - FEDERAÇÃO NACIONAL DAS
EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E
DE CAPITALIZAÇÃO**

Maria Madalena Marcon

Paulo Amador

Paulo Miguel Marraccini

Suzana Munhoz da Rocha

**FEQUIMFAR - FEDERAÇÃO DOS TRAB.
NAS IND. QUÍM. E FARM. DO ESTADO
DE SÃO PAULO**

Fernando Henrique Olmedo Monteiro

Sérgio Luiz Leite

**FETAEMG - FEDERAÇÃO DOS
TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO
ESTADO DE MINAS GERAIS**

Marcos Vinícius Dias Nunes

FGV - FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Ana Maria Castelo

Fernando Rezende

Marcos Cintra

FIAT DO BRASIL S.A.

Jeferson Oliveira de Castro

**FIEMG - FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS
DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Crispim de Almeida Nésio

Edwaldo Almada de Abreu

Luiz Carlos Dias Oliveira

**FIEP - FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS
DO ESTADO DO PARANÁ**

Marco Antônio Guimarães

Octavio Campos Fischer

**FIERGS - FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS
DO RIO GRANDE DO SUL**

Patricia U. Palermo

Thômaz Nunnenkamp

**FIESC - FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS
DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

Fábio Soares de Melo

**FIESP - FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS
DO ESTADO DE SÃO PAULO**

João Paulo de Souza Barroso

Maria Concepcion Molina Cabredo

Reginaldo de Andrade

Sílvia Rodrigues Pereira Pachikoski

**FIRJAN - FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Maria Helena Piquet Carneiro

FOLHA DE SÃO PAULO

Gustavo Santos Patu

FORD DO BRASIL

Eduardo Freitas

**FÓRUM AMAZONENSE DE EDUCAÇÃO
INFANTIL**

Vanderlete Pereira da Silva

FÓRUM DA TRANSPARÊNCIA DO CEARÁ

Alberto Amadei Neto

**FÓRUM MINEIRO PARA REFORMA
POLÍTICA**

Lilian Paraguai

Franco Celano Comunicação

Elza Maria dos Santos Martins

FUNDAÇÃO GRUPO ESQUEL BRASIL

Sílvia Santana

**FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A
INFÂNCIA - UNICEF**

Andréia Ferreira de Oliveira

Jacques Schwarzstein

GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA.

Luiz Roberto Vieira Gonçalves

**GOVERNO DA BAHIA**

Sonia Maria Dunshee de Abranches Carneiro

GRUPO GERDAU

Marcos Antônio Biondo

GRUPO MARTINS

Marlen Pereira de Oliveira

GRUPO PÃO DE AÇÚCAR

Fernando Dall'acqua

IBAM - INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Ângela Fontes

Delaine Martins Costa

Juliana Leite da Silva

Rosana Lobato Baia

Rosimere de Souza

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Ana Lúcia Sabóia

André Artur Cavalcanti

Cimar Azeredo

Herleif Novaes Roberg

João Belchior

Monique Pinheiro Santos

IEDI - INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

Rogério César de Souza

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA

Carlos Eduardo Moreno Sampaio

Liliane Lúcia Nunes de Aranha Oliveira

INESC - INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIO-ECONÔMICOS

Evilásio da Silva Salvador

INSTITUTO ÁGORA

Mariana Nascimento Bispo

Marianna Tavares Peixoto

INSTITUTO AYRTON SENNA

Tatiana Filgueiras

INSTITUTO CULTIVA

Rudá Ricci

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

Ana Luiza Machado de Codes

Ângela Maria Rabelo Ferreira Barreto

Bruno Cruz

Brunu Amorim

Cláudio Hamilton Matos dos Santos

Constantino Mendes

Estanislau Maria de Freitas Junior

Guilherme Costa Delgado

Jorge Abrahão de Castro

José Aparecido Carlos Ribeiro

José Celso Pereira Cardoso Júnior

Leonardo Rangel

Márcio Pochmann

Martha Cassiolato

Roberto Henrique S. Gonzalez

Rogério Boueri Miranda

ISEQ/RS - SOCIEDADE INTERNACIONAL DE EQUIDADE EM SAÚDE

Armando de Negri

ISER ASSESSORIA

Yves do Amaral Lesbaupin

JICA - AGÊNCIA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DO JAPÃO

Augusto Hiromu Emori

LAESER

Sandra Regina Ribeiro

LIDERANÇA DO PDT NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ildson Rodrigues Duarte

LIDERANÇA DO PT NO SENADO

Arthur Oscar Guimarães

Dalmo Jorge Lima Palmeira

MATTOS FILHO ADVOGADOS

Leandro Modesto

MAUBISA AGRICULTURA LTDA E USINA MOEMA

Telma Vieira

MEPES - MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO PROMOCIONAL/ES

Luiz Alberto Moreira

MINISTÉRIO DA CULTURA - MINC

Marcelo Veiga



MINISTÉRIO DA DEFESA - MD

Ari Matos Cardoso
Inácio José Barreira Danziato

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC

André Luiz de Figueiredo Lázaro
Carlos Artexes Simões
Luiz Augusto Caldas
Romeu Caputo
Sueli Teixeira Mello
Daniel de Aquino Ximenes
Jorge Teles
Lêda Maria Gomes
Marinez Botelho
Sandra Silva
Paulo Roberto Wollinger
Marcelo Minghelli

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF

Alfredo Carlos Cavedal
André Luiz Barreto de Paiva Filho
Antônio Henrique Pinheiro Silveira
Bernard Appy
Diná Maria Soares dos Santos
Dyogo Henrique Oliveira
Erivaldo Alfredo Gomes
Francisco Mendes de Barros
Jorge Rachid
José Aírton Mendonça de Melo
Liêda Amaral de Souza
Lina Vieira
Marcos Aurelio Pereira Valadão
Nelson Henrique Barbosa Filho
Ronaldo Cecílio Paiva Júnior
Jefferson José Rodrigues
Raimundo Eloy Carvalho
Roberto Name Ribeiro
Luciane Pimentel de Lima

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Vilma Ramos

MINISTÉRIO DAS CIDADES - MCIDADES

Christiane Keller Carvalho
Homero Gustavo Reginaldo Lima
Lindomar José Pereira
Marlene Ferreira de Sousa

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA

Argileu Martins da Silva
Clarice Aparecida dos Santos
Humberto Oliveira

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL - MDS

Antonio Claret
Cláudia R. Baddini Curralero
Frederico Campos Guanais de Aguiar

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR - MDIC

Renata Freitas Paulino

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - MPOG

Francisco Sérvulo Freire Nogueira
George Alberto de Aguiar Soares
Almir Coutinho Pollig

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE

Fátima Rosa Naves de Oliveira Santos
Laender Valério Batista
Sandra Maria Magalhães

MNDH - MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

Gilson Cardoso

MONGERAL S/A SEGUROS E PREVIDÊNCIA

Nilton Molina

MOVIMENTO REFORMA POLÍTICA PARTICIPAÇÃO POPULAR

Luciano Pereira dos Santos

MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI

Maria das Graças Ferraz Bezerra

OBSERVATÓRIO DA EQUIDADE

Érika Araújo
João Lopes de Albuquerque Montenegro

OCB - ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS

Edmir Oliveira Santos
José Luiz Niederauer Pantoja

ONDA SOLIDÁRIA

Leila Lino de Souza Lima

ORBIS - INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE/PR

Luciana Brenner

**PARCERIA SOCIAL**

Ana Asti

PETROBRÁS

Geraldo Rodrigues Costa Júnior
 Maria Alves Fernandes
 Mariângela Mundim
 Priscila Ermínia Riscado

PREFEITURA DE BARREIRAS/BA

Adalto de Araújo Soares

PREFEITURA DE CONTAGEM

Marcelo Mota Santos Seixas

PREFEITURA DE CURITIBA

Luiz Eduardo da Veiga Sebastiani

PREFEITURA DE EMBU DAS ARTES/SP

Pedro de Carvalho Pontual

PREFEITURA DE GUARULHOS/SP

Nestor Carlos Seabra Moura

PREFEITURA DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON/PR

Arlen Alberto Güttes

PREFEITURA DE RECIFE

Gilberto Perre

PREFEITURA/SP

Rogério Ceron de Oliveira
 Márcia Cordeiro Moreira
 Maria Cláudia Vieira Fernandes

PREVI - CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL

Mônica de Assumpção Fernandes Fuly

PRICE WATERHOUSE COOPERS

Gileno Barreto

PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

Maria Cândida de Almeida

PUC/SP - PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Alice Dianezi Gambardella
 Ilka Custódio de Oliveira

Marilene Moreira Feliciano

RIOVOLUNTÁRIO

Maria Cecília Soares Pinheiro

ROCHA, FERRACINI, SCHAURICH, CITRIN ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C

Carmen Kier Citrin

SEBRAE NACIONAL

André Silva Spínola
 Bruno Quick

SECOVI

Romeu Chap Chap

SECRETARIA DA FAZENDA DA BAHIA

Aécio Flávio Quintela dos Santos
 Antonio Expedito Santos de Miranda
 Eli Dantas de Souza Cruz
 Olegario Miguez Gonzalez

SECRETARIA DA FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL

André William Nardes Mendes
 Edson Nogueira Alves
 Elizabete Maria Alves
 Estêvão Caputo e Oliveira
 Fabiola Cristina Venturini
 Gustavo Shimoda Cupertino
 Kleuber José de Aguiar Vieira
 Rossini Dias de Souza
 Ana Lúcia Paz Magalhães
 Antônio Barbosa Júnior
 Claudelina A Campos
 Edna Cristina dos Santos
 Fayad Ferreira
 Leonardo César Dorna Magalhães
 Leonir Hellmanzick
 Luiza Cerqueira de Paiva
 Márcia Valéria Ayres Simi de Camargo
 Maria Sâmara Aires de Alencar Lucas
 Patrícia Ferreira Motta Café
 Renato Coimbra Schmidt
 Roberta Andrade de Barros

SECRETARIA DA FAZENDA DO PARÁ

Denise Dacier Lobato Aymoré Santos
 Nilda Baptista

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS/SUDIM

Maria Augusta Fischer

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA/AP



Luis Cláudio Lima Peleja

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE OSASCO/SP

Mônica Araújo

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Afrânio de Sousa Barros

Erlando da Silva Reses

Patrício Nunes de Kaiser

Kátia Amin

José Alves Dionísio

Relcytan Lago Caribé

Helvio João Sanfelice

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Genilson Marinho

Maria Dilma Marques Torres Novaes Goiana

Stella Maria do Nascimento

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO

Rita de Cássia Cardoso

Rita de Cássia Vereda

SECRETARIA DE FAZENDA DE RORAIMA

Cyntia Braun

SECRETARIA DE FAZENDA DE SÃO PAULO

Oswaldo Santos de Carvalho

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL

Paulo Magalhães

Kenedy Amorim de Araujo

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES - SPM

Fábia Oliveira Martins de Souza

Flávia Teixeira Guerreiro

Nina Madsen

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS - SEDH

Carlos Inácio Prates

Jader José de Oliveira

Pedro H. Pontual

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA DE SALVADOR

Nelci Conceição Sales

SENADO FEDERAL

Alberto Zouvi

Senador Garibaldi Alves Filho

Senadora Kátia Abreu

José Patrocínio da Silveira

Marcos Köhler

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC

Ana Beatriz Braga

Rogério Luiz de Almeida Cunha

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI

Alberto Borges de Araújo

José Carlos Mendes Manzano

Milton Gava

Mônica de Castro Mariano Carneiro

Reinaldo Victor Tockus

Paulo Presser

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI

Luiz Antônio Caruso

Alby Duarte Rocha

SIMPI - SINDICATO DA MICRO E PEQUENA INDÚSTRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Marcos Tavares Leite

Vitor Stankevicius

SINDICATO DE PROFESSORES DA REDE OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Raquel Pereira de Carvalho

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO ABC

Sérgio Aparecido Nobre

Wagner Firmino Santana

SINDICATO DOS PROFESSORES PARTICULARES DO ESTADO DE SERGIPE - SINPRO/SE

Rainilda Pereira Silva

SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS EM EDUCAÇÃO NO AMAPÁ

Ivaneia de Souza Alves

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA BAHIA

Joilson Amaro Oliveira

SINDICATO NACIONAL DOS ANALISTAS TRIBUTÁRIOS

Paulo Antenor de Oliveira



SINDICATO NACIONAL DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS, PENSIONISTAS E IDOSOS DA FORÇA SINDICAL

Lucas Nery Silva

SINDICATO UTE - SINDICATO ÚNICO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE DIVINÓPOLIS

Marilda de Abreu Araújo

SINDICATO ÚNICO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS

Feliciano Alves do Vale Saldanha

SINDIRECEITA

Sérgio Ricardo Moreira de Castro

SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO DO ESTADO DA BAHIA

Vívian de Oliveira Santana

SOWETO ORGANIZAÇÃO NEGRA

Gevanilda Santos

SUZANO HOLDING S.A.

Rinaldo Ciucci

TRANSPARÊNCIA MUNICIPAL

François E. J. de Bremaeker

UNAFISCO SINDICAL

Álvaro Luchiezi Júnior

Luiz Antônio Benedito

UNDIME

Justina Iva de Araújo Silva

Vivian Katherine Fuhr Melcop

UNIÃO GERAL DOS TRABALHADORES - UGT

Domério Nassar de Oliveira

Edson André dos Santos

Eduardo Rocha

John Fernandes

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES - UNE

André Pereira Reinert Tokarski

UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES

José Cláudio Ferreira

Maria Teresa Avance de Oliveira

Tânia Petersen Corrêa

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB

João Monlevade

Mônica Castagna Molina

Tânia Moreira da Costa

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Teresinha Rodrigues de Oliveira

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS

Anderson Cerioli Munaretto

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Betina Ferraz Barbosa

Sérgio Prado

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO

Vanda Maria Ribeiro Costa

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Marcos Barros de Medeiros

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Silvana Aparecida Bretãs

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Ari de Sousa Loureiro

Fernando Scaff

Karla Marques Pamplona

Antonio Salvio Mangrich

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Danielle Colares da Silva Serrão

David Kupfne

Elizabeth Nemer Moysés

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Rachel Aguiar Estevam do Carmo

UNIVERSIDADE MACKENZIE

Jacqueline Resende Berriel Hochberg

UNIVERSIDADE TIRADENTES DE SERGIPE

Ada Augusta Celestino Bezerra



Secretaria de
Relações Institucionais

